



CAFÉ, PODER E POLÍTICA EM RIBEIRÃO PRETO

JOSÉ MANUEL LOURENÇO

Apresentação

É impossível ficar indiferente ao Quarteirão Paulista. A imponência das construções e a harmonia desse conjunto arquitetônico de linhas ecléticas é de tirar o fôlego. O olhar parece ser automaticamente atraído para o edifício central, um teatro de ópera majestoso, chamado Pedro II. Deslumbrante, quase hipnótico. Do seu lado esquerdo, para quem está na praça XV de Novembro, fica o edifício Meira Junior, hoje uma das mais conhecidas choperias do país. À direita, quase um estranho no ninho, está o primogênito do Quarteirão: o Centro Cultural Palace, antigo Palace Hotel e, antes dele, o Central Hotel. Construído em 1924 e inaugurado em 1926, por um rico comerciante de café local, o Palace é um produto desse fruto, que definiria o futuro de Ribeirão Preto. Mas foi mais do que isso. É ele o personagem central desta obra, as suas histórias, o contexto em que foi criado e a dolorosa transição de hotel fechado na década de 1990, a centro cultural, duas décadas depois. Mas, apesar de tudo isso, valeu a pena. Ainda bem!

Governo do Estado de São Paulo e Secretaria da Cultura
apresentam

PALACE HOTEL

CAFÉ, PODER E POLÍTICA EM RIBEIRÃO PRETO

JOSÉ MANUEL LOURENÇO

Patrocínio



Apoio



Realização







*Para minha filha, Duda, que faz cada dia desta vida valer a pena.
Para minha mãe, Conceição, e à memória de meu pai, Armando.*

Agradecimentos

A produção deste livro não seria possível sem a ajuda de muitos colaboradores. Essas pessoas não têm responsabilidade alguma pelo resultado final, mas, sem elas, não teria sido possível escrever o que o leitor vai encontrar nas próximas linhas. Entre os anjos da guarda desta publicação, estão profissionais e amigos, como Dulce Neves, cuja paciência budista com os repetidos atrasos do autor, em relação aos prazos iniciais de entrega do texto, é digna de registro. Sem ela, este livro teria sido apenas mais uma boa ideia. Dentro dos mesmos critérios, é obrigatório citar a ajuda de Luciana Rodrigues, Marcela Borges e Renata Cortez. Assim como elas, a historiadora Tânia Registro e o arquiteto Claudio Bauso merecem, igualmente, agradecimentos do autor pelas informações preciosas do Palace e do período em que ele surgiu. Da mesma forma, o autor gostaria de expressar o seu agradecimento ao jornal A Cidade e ao Grupo EPTV, pela permissão de acesso ao seu arquivo. Nesse caso, foi especialmente importante a ajuda de Josué Suzuki. Ainda no jornal A Cidade, agradeço a todos os colegas de trabalho, em particular, a Angelo Davanço, Thiago Roque, Rosana Zaidan, Viviane Renosti, Daniel Torrieri, Gaspar Martins, Jaqueline dos Santos, Weber Sian, Mariana Martins, Milena Aurea, Matheus Urenha e Francielly Flamarini, pela ajuda e carinho permanentes. Agradeço também aos funcionários do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto e da Comissão do Arquivo Histórico da Câmara de Ribeirão Preto, Mauro Porto, Arthur Barros, Isabel Rossi e Thiago Cardozo, pela paciência e pelas dicas importantes. À presidente e à vice-presidente do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais, Adriana Silva e Lilian Rosa, pela ajuda inestimável no decorrer da produção deste livro. À Meire Teixeira, aos funcionários e ex-funcionários do Palace, pela disposição permanente em atender aos pedidos do autor. A minha irmã Tina e ao meu sobrinho Thiago, pelo suporte pessoal, em momentos em que as coisas nem sempre foram fáceis. À Issa, por tudo.

Prefácio

Com imensa alegria, recebi o convite para fazer o prefácio deste livro e o faço com muito carinho, sabendo da importância da manutenção da memória de Ribeirão Preto, a partir de tantas informações reunidas pelo autor, durante sua pesquisa.

O livro faz uma comparação entre o que o Palace foi, em seu surgimento, e a atualidade do Centro Cultural Palace, traçando um contexto histórico, que carrega memórias e apresenta características da “nossa terra”. A trajetória do prédio é contada a partir das condições políticas e econômicas da época do café e a justificativa de sua construção passa pelos próprios personagens da época, naturalmente, famílias com grande influência na sociedade, que contribuíram para a edificação do Palace.

A narrativa foi muito bem desenvolvida e nos remete, não só ao Palace, como também a todo o Quarteirão Paulista e à ascensão de Ribeirão Preto, como potência cafeeira.

O autor descreve o ecletismo arquitetônico, colocando-nos diante das particularidades da construção, que mistura o estilo neoclássico, art nouveau e o barroco colonial. Ele deixa claro que esse ecletismo foi fator determinante para que prédios do entorno tivessem o mesmo desenvolvimento, criando assim, um ambiente harmônico no local.

Com uma linguagem que mexe com o nosso imaginário, o livro permite-nos visualizar, de forma clara e objetiva, este tão importante patrimônio cultural e suas influências na sociedade ribeirão-pretana, remontando uma época, a partir dos detalhes ricamente caracterizados. Histórias, lendas, boatos e rumores, como os crimes ocorridos no local, a suposta presença de fantasmas, as passagens secretas e a ligação com o Theatro Pedro II, preenchem as páginas desta obra, deixando-a instigante e lúdica.

A decadência do prédio, sua degradação e ascensão a Centro Cultural atuante também são vistas, pelas palavras do autor, como uma prova da resiliência do local e de toda uma sociedade, que também conseguiu recuperar-se das crises no café e hoje se mantém como potência em serviços. É certo que o autor contribuiu e muito para o resgate daquilo, que, em conjunto, trata da arquitetura, da cultura e da história de uma região.

Espero que os leitores, ao folhearem as páginas deste livro, possam verdadeiramente sentir-se parte da história do Palace, mesmo aqueles que ainda não tiveram a oportunidade de conhecê-lo.

Dulce Neves é jornalista, foi Secretária da Cultura e Presidente da Fundação Dom Pedro II. Atualmente é vice-presidente da Fundação do Livro e Leitura e presidente da ALMA – Academia Livre de Música e Artes

Índice de imagens

• João Alves de Meira Junior, ao centro, de bengala, diretor-presidente da Companhia Cervejaria Paulista.	21
• Praça XV, no início da década de 1920	23
• Hotel Central e o Central Hotel, em 1926	35
• Central Hotel, em foto provavelmente tirada entre 1926 e 1928. Abaixo, o hotel, em 1935, já com as alterações feitas pelo arquiteto Hipolyto Gustavo Pujol Junior.	37
• Recorte do jornal A Cidade, de 17 de novembro de 1926, que informa a inauguração do salão de festas do Palace	39
• Detalhes do elevador original do hotel, o primeiro elétrico da cidade, vendido na década de 1970	41
• Antonio Mascaro, primeiro administrador do Palace	42
• Medalhão existente na decoração do parlatório	44
• Detalhe da porta de entrada do Palace; escadas no pátio interno; à direitas, detalhe do piso, com as marcações que indicam a localização e dimensão dos antigos cômodos	57
• Grupo de funcionários, em foto sem data. Abaixo, uma das folhas do Livro de Registro de Empregados	59
• Carta escrita pela irmã de um hóspede do hotel, provavelmente da década de 1960.	60
• Conjunto de pratos do restaurante do Palace	62
• Funcionários do Palace, em foto sem data	63
• Reunião da Associação Paulista de Jornalistas, em 1935	65
• Detalhe das obras de restauro	68
• Imagem do 3º andar do Centro Cultural Palace, atualmente e durante o processo de restauro, no início dos anos 2000	70
• Aulas de música no centro cultural	77
• Mais música...e canto, também	79
• Onde há música, tem de haver dança	80
• Aula de pintura	81

Sumário

Agradecimentos	9
Prefácio	10
Índice de imagens	12
Introdução	16
Capítulo 1: A Terra	22
O impacto do café	26
A Rede	30
Capítulo 2: O Hotel	36
Imponente, luxuoso e eclético	44
Arquitetura	49
Transição	53
Capítulo 3: As Gentes	58
Capítulo 4: A Cultura	66
Um centro cultural... mas não o Palace	73
Revolução de Outubro	79
Conclusão	82
Bibliografia	86
Ficha técnica	88

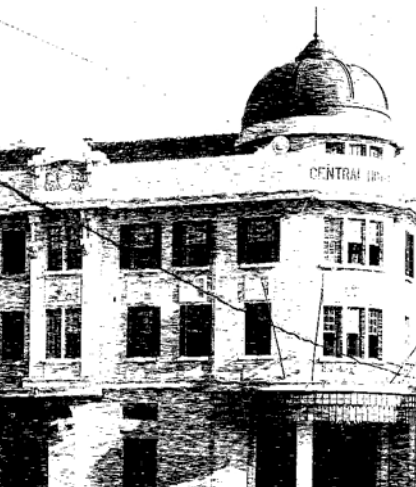


SAIDA

KIDY



SADA



Introdução

Corri as linhas da Paulista, Mogiana e Sorocabana, com paradas nas inconcebíveis cidades que, da noite para o dia, o Café criou (...). Em Ribeirão, a colheita do município foi o ano passado de 4 e meio milhão de arrobas – coisa fabulosa e nunca vista. Um fazendeiro, o Schmidt, colheu, só, 900.000 arrobas. Costumes, hábitos, idéias, tudo lá é diferente destas nossas cidades do velho S. Paulo e da tua Minas. Em Ribeirão, dizem que há 800 ‘mulheres da vida’, todas estrangeiras e caras. Ninguém ‘ama’ ali à nacional. O Moulin Rouge funciona há 12 anos e importa champanhe e francesas diretamente. A terra-chão, porém, é uma calamidade - ‘enferruja’, isto é, ‘averme-lha’ todas as pessoas e coisas desde a fachada das casas até o nariz dos prefeitos. (...) Lá ninguém mora; apenas estaciona para ganhar dinheiro. Esse meu passeio de 3.453 quilômetros de via férrea buliu muito com as minhas idéias.”¹.

¹ SILVA, Adriana, ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira, SILVA, Michelle Cartolano de Castro e REGISTRO, Tânia Cristina, in “Filhos do Café – Ribeirão Preto da Terra Roxa – Tradicional em ser moderna”. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2010, p.13.

O trecho ao lado é de uma carta escrita, em 1907, por Monteiro Lobato ao amigo e escritor Godofredo Rangel para descrever as maravilhas da “Petite Paris”, como Ribeirão Preto era conhecida por causa da riqueza e dos prazeres, inclusive os da carne, que o café trouxe para o município.

O atual Centro Cultural Palace – antigo Central Hotel, entre 1926 e 1942, e, posteriormente, Palace Hotel – é um produto do café, embora não possa ser reduzido a isso. O seu proprietário inicial, Adalberto Henrique de Oliveira Roxo, era um próspero comerciante de café nos anos 20, do século passado. O dono seguinte foi uma fábrica de cervejas, que tinha como diretor-presidente, João Alves de Meira Junior, um empresário e advogado bem-sucedido, com relações íntimas com a elite cafeeira local. Essas ligações vinham, sobretudo pela política, via Partido Republicano Paulista (PRP), comandado, com mão de ferro, pelo “supercoronel”, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, o Quinzinho da Cunha. Em vários momentos, tanto Roxo, quanto Meira Júnior atuaram como vereadores na Câmara de Ribeirão Preto, mas, só na última legislatura (1929-1932), estiveram juntos em plenário. O mandato não chegou ao fim, porque a Câmara foi dissolvida em 25 de outubro de 1930, em razão da Revolução, que pôs fim à República Velha. Para se conhecer a história do Palace, é preciso, antes de mais nada, conhecer a terra em que ele surgiu, os seus personagens e o seu cotidiano. São eles que explicam e justificam a sua existência. Só é possível compreender a construção do hotel - que chegou a ser considerado um dos mais luxuosos do estado de São Paulo – se levarmos em conta três pré-requisitos fundamentais, entre os quais, o mais importante é, obviamente, o café.

Em primeiro lugar, Ribeirão Preto transformou-se no principal produtor nacional do café. Foi o capital gerado por ele, que tornou possível o surgimento de uma economia local diversificada, a qual justificou a construção de um hotel de três andares e cem quartos. Havia demanda para isso e ela estava ligada ao café, mas não se restringia a ele.

O segundo fator é a construção das ferrovias, no final do século 19. Foram elas que possibilitaram o escoamento da enorme

produção local para o entroncamento de Campinas e, de lá, para o porto de Santos, de onde seguia para o exterior. Antes, o transporte das sacas de café era feito em lombos de mulas, em tropas que demoravam semanas até chegar ao seu destino final.

O surgimento das estradas de ferro, com ramais nas principais fazendas produtoras de café, transformou Ribeirão Preto na referência nacional e mundial da produção desse fruto e esse ponto é importante para compreendermos o surgimento do Palace. Da mesma forma como levavam o ouro verde para Santos, as ferrovias traziam consigo viajantes, empresários e todo o tipo de pessoa interessada em fazer negócios diversos naquela que era, no começo do século, uma das cidades mais ricas do país. São esses visitantes que, provavelmente, justificaram a criação do hotel.

A ligação entre café e ferrovias, aliás, não foi gratuita. Grande parte do capital financiador dos trilhos de ferro veio de grandes produtores de café, juntamente com empresários e capital estrangeiro. Os dois maiores exemplos são as companhias Paulista e Mogiana de Estradas de Ferro. Ambas criadas em Campinas, a primeira foi fundada em 1868 e a segunda quatro anos depois. Entre os integrantes da direção das duas empresas, estava, por exemplo, o fazendeiro Martinho Prado, de uma das famílias do café mais importantes e tradicionais de Ribeirão Preto.

A história dos Prado, ao lado da família Junqueira, como o livro mostrará mais adiante, liga-se ao próprio processo de crescimento e implantação de melhorias urbanas no município. Entre o final do século 19, até a Revolução de 1930, ou seja, durante toda a República Velha, o que se percebe, em Ribeirão Preto, é a utilização de uma restrita, sofisticada e, sobretudo, muito poderosa rede de ligações familiares, que, na cidade, tornaram praticamente impossível fazer distinção entre o público e o privado.

A terceira variável que explica o surgimento do Palace e a pujança de Ribeirão Preto, do final do século 19, até o início da década de 1930, é a chegada de mão de obra imigrante, sobretudo italiana, em substituição ao trabalho escravo.

Foram esses estrangeiros que possibilitaram o surgimento, na cidade, de pequenos negócios no comércio, serviços e, principalmente, na construção civil.

Não é coincidência, aliás, que, das nove empresas desse tipo

existentes na cidade em 1925, um ano antes da inauguração do Palace, todas eram de propriedade de sobrenomes italianos.² Juntos, esses três fatores fizeram com que Ribeirão Preto se transformasse em um símbolo de riqueza, como também possibilitaram, em pouco mais duas décadas, a criação de uma série de melhoramentos urbanos, que podem ser vistos até hoje. Isso teve muito a ver com a necessidade de a cidade expurgar a imagem de prefeitos com narizes marcados pelo pó vermelho – como disse Monteiro Lobato. Aliás, no livro “O Municipio e a Cidade de Ribeirão Preto na Commemoração do 1º Centenario da Independência Nacional”, escrito pelo então prefeito João Rodrigues Guião, é sintomático o desconforto do autor ao se referir às consequências poeirentas da terra roxa.

Anteriormente a 1900, a cidade offerecia um aspecto sordido, as ruas eram verdadeiros lameiros na epocha das chuvas e nos dias de sol a terra roxa pulverisava-se de tal forma que não havia frincha, por menor que fosse, atravez da qual não penetrasse o terrível pó no interior das casas. Para transitarem nas ruas, os moradores urbanos, a exemplo dos que residiam na zona rural, na sua grande maioria, usavam botas ou polainas de couro, porque os calçados comuns não resistiam aos profundos atoleiros de lama ou pó”³.

A transição de uma cidade rica, mas poeirenta, iluminada a lâmpões de querosene, provinciana e com exíguas opções de cultura, para outra com fortes melhoramentos urbanos e que se tornou rota obrigatória das principais companhias de teatro nacionais e internacionais, com uma vida noturna, digamos, bastante alegre, passou pelas mãos do próprio Guião, de coronéis

2 Segundo o Almanak Laemmert, em 1925, a cidade de Ribeirão Preto tinha registrados como construtores Aristides Pinotti, Antonio Langaretti, Ernesto Ferreri, Geribello & Quevedo, Giacomo de Giacomo, José Campanella, Luiz Bombanato, Paschoal Vicenzo e Pedro Giroto. In, Almanak Laemmert, 2º Volume, p. 812. Rio de Janeiro, 1925.

3 GUIÃO, João Rodrigues, in “O Municipio e a Cidade de Ribeirão Preto na Commemoração do 1º Centenario da Independência Nacional”. Câmara Municipal. Ribeirão Preto. 1923.

como Manuel Maximiano Junqueira, José Martimiano da Silva, Francisco Schmidt e de “civis”, como Flávio de Mendonça Uchôa, Joaquim Camilo de Moraes Mattos, Francisco Antonio Pompeu de Camargo, Jorge Lobato e Joaquim Macedo Bittencourt.

Em comum a todos, um nome: Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, o coronel Quinzinho da Cunha, em torno do qual, girava uma sofisticada e extremamente forte rede de poder que calou opositores e transformou Ribeirão Preto na “Petite Paris”.

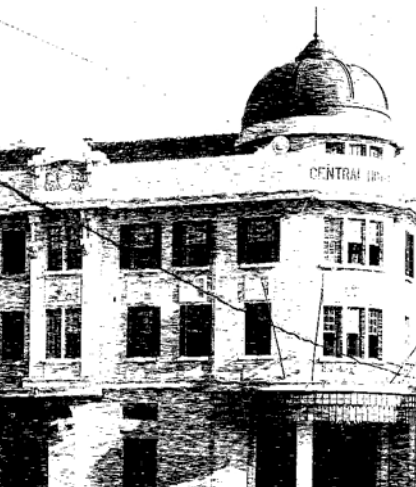
No entanto, ao lado dessa Cidade-Luz do Novo Oeste Paulista, existia também uma Ribeirão Preto com profundas diferenças sociais, preconceituosa e alvo de um processo de “higienização” da pobreza ou de algo que pudesse interferir no ideal de cidade sonhado pela elite ribeirã-pretana da época.

A exportação de pobres e de uma baixa classe média para a zona Norte da cidade, em locais, muitas vezes, insalubres, no antigo Núcleo Colonial Antônio Prado (1887), é um bom ponto de partida para se entender o caos social e urbano em que se encontra hoje essa região.

O processo de limpeza da área central de Ribeirão Preto teve como foco principal a Praça XV de Novembro, marco zero da cidade e local de moradia da elite, como o próprio Quinzinho da Cunha, o coronel Quito Junqueira, Camillo de Matos, entre outros. Na rua Álvares Cabral, em frente à praça, a poucos metros dos casarões de Quito Junqueira e Camilo de Mattos, estava o Central Hotel.



João Alves Meira Junior, ao centro, de bengala, diretor-presidente da Companhia Cervejaria Paulista, que adquiriu o Palace, em 1927. A foto é de 1950



Capítulo 1: A Terra



Praça XV, no Centro de Ribeirão Preto, no início da década de 1920

Ribeirão Preto é o opulento empório da lavoura cafeeira, o grande centro productor de onde irradiam em maiores shows a vida, a riqueza e o progresso de São Paulo.
(Epitácio Pessoa, presidente da República, em 1921)

Um detalhe chama a atenção na relação de Ribeirão Preto com o café: a rapidez com que a cidade passou de uma inexpressiva vila, ligada ao município de São Simão, a um dos principais exportadores mundiais do fruto.

Formalmente, Ribeirão Preto surgiu em 1856, quando foi feita a demarcação do terreno da fazenda Barra do Retiro e parte das terras localizadas entre o Ribeirão do Retiro e o Ribeirão Preto foi utilizada para a constituição do Patrimônio de São Sebastião. Em 1871, foi elevada à categoria de vila, quando deixou de fazer parte do território de São Simão⁴, mais ou menos na mesma época em que surgiram as primeiras plantações de café no município.

Um censo populacional – o primeiro realizado na então província de São Paulo – indicava que habitavam Ribeirão Preto 5.552 pessoas, das quais 4.695 livres e 857 escravos. Ou seja, até praticamente o terceiro quarto do século 19, Ribeirão Preto ainda não demonstrava potencial para, duas décadas depois, tornar-se uma das cidades mais importantes do país, embora a produção de café já existisse. Afinal, por que isso ocorreu? Na verdade, pode-se dizer que Ribeirão Preto, em relação ao café, era a cidade certa no momento certo, por seis fatores: a) demanda internacional em alta – sobretudo europeia e norte-americana;

4 Apesar de se emancipar de São Simão em 1871, por meio da Lei Provincial nº 67, a separação de fato só aconteceu em 1874, quando ocorreram as primeiras eleições municipais para vereador e juiz de Paz. Segundo informações presentes no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, os votos foram apurados e tornados públicos pela Câmara Municipal de São Simão em 18 de maio daquele ano. Também, em 13 de julho de 1874, foi realizada a primeira sessão da Câmara Municipal, na casa do então presidente João Gonçalves dos Santos, na qual se deu a denominação das primeiras ruas e travessas da vila. Para mais informações, ver a planilha “Cronologia Ribeirão Preto Geral 04.2012”, no arquivo municipal.

b) grande disponibilidade de terras no Estado do São Paulo (o que fez com que a expansão dos cafezais ocorresse de forma contínua, dando, ao ciclo paulista do café, uma duração maior do que a do Vale do Paraíba fluminense)⁵; c) existência de tecnologia que permitia maior lucratividade na produção do café; d) mão de obra imigrante; e) consolidação das ferrovias e, por fim, talvez a decisiva, f) a terra roxa de Ribeirão Preto, rica em óxido de ferro, que além de sujar o nariz de prefeitos, “era mais fértil e mais desejada”⁶ para o plantio.

A economista Luciana Suarez Galvão Pinto destaca ainda um estímulo adicional ao cultivo de café, que eram os custos de produção.

Um outro estímulo era o custo menor da produção de café em comparação à produção de açúcar, pois o café exigia menos mão de obra, já que a cana deveria ser replantada pelo menos de três em três anos. Junta-se a isso o fato do preço do café ser mais elevado e os custos de transporte menores, pois o café era mais resistente do que a cana, proporcionando uma maior margem de lucro para os produtores.⁷

A demanda internacional – vital para um país agroexportador e sem uma economia interna capaz de gerar demanda – foi o fator que desencadeou o processo que culminou no enriquecimento de Ribeirão Preto. No entanto, sem a existência das ferrovias, provavelmente, a situação de Ribeirão Preto não fosse a mesma. É importante ressaltar que a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro chegou à cidade em 1883.

Até a chegada da estrada de ferro, o transporte de café era feito em duas etapas: em lombo de mulas até Campinas, a duzentos

5 Para entender o processo de compra e concentração de terras no Estado de São Paulo e em Ribeirão Preto, o trabalho de Adriana Capretz Manhas é fundamental e explica, inclusive, o surgimento, na cidade, da elite cafeeira e política, cuja influência se estendeu não apenas pelo estado de São Paulo, como pelo país. Ver “Traçado Urbano e Funcionamento do Núcleo Colonial Antonio Prado em Ribeirão Preto (SP), 1887”. MANHAS, Adriana Capretz Borges da Silva; MANHAS, Max Paulo Giacheto, in “Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica”, 2011.

6 PINTO, Luciana Suarez Galvão, in “Ribeirão Preto e a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930”. Araraquara, Universidade Estadual Paulista. Tese de dissertação de mestrado. 2000. pp. 17 e 18.

7 PINTO, Luciana Suarez Galvão, op. cit. p.18.

quilômetros de distância e, depois disso, de trem para o porto de Santos, de onde seguia para o exterior.

A relação entre as ferrovias e o café foi simbiótica: as principais estradas de ferro do estado de São Paulo, a partir do último quadrimestre do século 19, como a própria Mogiana e a Paulista, foram financiadas por grandes fazendeiros. Assim, o avanço dos trilhos sempre se confundiu com o avanço dos cafezais, sem haver uma linha clara que permitisse saber quem era o criador e quem era a criatura.

O fato é que, menos de duas décadas depois da sua constituição como município, doze anos após a chegada da Companhia Mogiana, Ribeirão Preto assumiu uma posição de relevo na produção de café e, na década de 1920, consolidou essa posição como maior produtor do Estado e do mundo.

O impacto do café

A importância do café para Ribeirão Preto foi muito além da economia, sobretudo, a partir do início do século 20, tornou-se a principal ferramenta de transformações urbanas e sociais, embora restritas à região central, onde se localiza o Palace. Como afirma a arquiteta Valéria Valadão, “... a riqueza gerada pelo café financiou as grandes transformações ocorridas no centro da cidade.”⁸

Mais uma vez, se existe um marco para explicar a riqueza e as transformações, por ela, provocadas na cidade, chama-se ferrovia. Após 1883, a cidade passou por uma verdadeira revolução urbana, com investimentos feitos em iluminação elétrica, serviços de água e esgoto, telefonia, calçamento e medidas de embelezamento da cidade, como arborização e ajardinamento das praças.⁹

8 VALADÃO, Valéria, in “Memória arquitetônica de Ribeirão Preto (Planejamento urbano e política de preservação)”. 1997. Franca. Universidade Estadual Paulista. Dissertação de mestrado. p. 60.

9 A partir do ano de 1871, até a inauguração do Palace, podem-se destacar os seguintes investimentos públicos e privados feitos na área urbana de Ribeirão Preto: matadouro municipal (1874); retificação dos primeiros trechos do Ribeirão Preto (1883 e 1884); construção da cadeia e Câmara Municipal (1885/1890); criação do Serviço de Higiene e Desinfecção, que anexava os serviços de Limpeza Pública e Arborização; fundação do luxuoso teatro Carlos Gomes, financiado com dinheiro do grande capital cafeeiro (1897); Hospital de Isolamento (1897); substituição da iluminação a

Curiosamente, grande parte desses investimentos públicos não tinha recursos captados diretamente do capital cafeeiro. É inegável que o café propiciou o surgimento de uma série de atividades, como comércio e serviços, que fizeram a economia local funcionar. No entanto, conforme mostrou Luciana Pinto, os impostos pagos pelos produtores de café representavam, entre 1911 e 1930, apenas 4,5% do total arrecadado pelo município. Em 1930, por exemplo, representou menos ainda: 1,90%¹⁰. São números inexpressivos para uma classe que tinha o maior produtor mundial de café, Francisco Schmidt, e uma das maiores fazendas do mundo, a Companhia Agrícola Dumont, de Henrique Dumont, pai de Santos Dumont. As principais fontes de receita da cidade vieram principalmente das atividades urbanas, como o comércio, indústria, profissionais liberais, licenças para veículos e impostos de construções, que chegaram a representar 50% de todo o dinheiro arrecado pela administração municipal. Isso mostra que a cidade, na época do surgimento do Palace, possuía uma economia já bastante diversificada e, o que é mais interessante, razoavelmente independente do café.

querosene por luz elétrica(1899); mercado municipal (1900); jardim do Dr. Loyola, localizado no fundo da velha igreja matriz, entre as ruas General Osório, Tibiriçá, Duque de Caxias e Álvares Cabral (1901); inauguração da praça XV de Novembro, marco da reurbanização da cidade (1901); [Sobre a situação de Ribeirão Preto antes da inauguração da praça, o historiador Ruben Cione, no livro “História de Ribeirão Preto - Volume 1, página 125, definiu o local da seguinte maneira: “Até 1901, além de ainda não beneficiada com calçamento de qualquer espécie (...) nos dias de chuva a cidade se transformava em imenso lamaçal, obrigando os transeuntes ao uso de botas de cano alto. Nos dias de sol, a terra das ruas tornava-se poeira finíssima, em camadas formidáveis, e ao menor ‘pé-de-vento’ ou à passagem de carros de bois ou simples carro-de-praça, levantava-se em nuvens pavorosas, pavorosamente vermelhas”]; inauguração do coreto da praça XV (1903); fim do calçamento na rua General Osório (1904); passagem do serviço de água e esgoto a uma tarefa municipal (1903); construção do prédio do Fórum e da cadeia, na rua Duque de Caxias (1904); fundação da Santa Casa da Misericórdia (1905); criação da Sociedade Recreativa de Ribeirão Preto (1908); instalação da Companhia Antártica Paulista, em Ribeirão Preto (1911); criação da Companhia Cervejaria Paulista, dona do Palace, a partir de 1927 (1913); criação do Cassino Antártica (1914), local que ajudou a tornar a cidade conhecida como “Petite Paris”; Palácio Rio Branco, sede do governo municipal (1917); Hospital da Beneficência Portuguesa (1918); Além deles, embora não deva ser contado como investimento público, há a instalação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, inicialmente, de forma provisória, em 1883, na avenida Caramuru e, um ano depois, no seu local definitivo, na avenida Jerônimo Gonçalves

10 PINTO, Luciana S. G., op. cit. p.139

Uma pesquisa¹¹, feita pelo autor, no arquivo do jornal A Cidade, do ano de 1926, relativa ao pagamento de impostos do comércio, mostra números interessantes para uma cidade de pouco mais de 60 mil habitantes.

O levantamento mostrou, por exemplo, que os dez principais tipos de negócio na cidade, em 1926, estavam ligados a estabelecimentos de secos e molhados (14,36%), fazendas e armazéns (6,50%), barbearias (5,83%), botequins (5,42%), pensões (5,42%), alfaiates (5,01%), calçados (4,88%), açougues (2,98%), frutas (2,71%) e farmácias (2,30%).

A edição de 1925 do Almanak Laemmert¹², um anuário das atividades econômicas do Brasil, mostra que, naquele ano, Ribeirão Preto tinha, também, os seguintes hotéis: na rua General Osório, o Hotel Brasil, o Hotel Modelo, o Hotel Vazarini e o Hotel dos Viajantes, o Hotel Suisso, na rua Luiz da Cunha, o Grande Hotel Central, de propriedade de Adalberto Henrique de Oliveira Roxo, e o Hotel Ricci, ambos na Álvares Cabral

Algo em comum entre todos esses hotéis era a proximidade com a estação da Companhia Mogiana, que se localizava na avenida Jerônimo Gonçalves, a três ou quatro quarteirões da área onde eles ficavam. Só o Hotel Central e o Hotel Paulo Ricci é que estavam um pouco mais distantes, a seis ou sete quarteirões, mas a localização era bem mais privilegiada: o Central estava em frente à Praça XV de Novembro e o Paulo Ricci a poucos metros dela, na rua Álvares de Cabral.¹³

11 Os números apresentados não são exatos, uma vez que alguns exemplares do jornal não estavam disponíveis. No entanto, proporcionam uma ideia bastante aproximada do que era o comércio de Ribeirão Preto naquela época. A base utilizada foram as publicações do Imposto do Commercio feitas pela Câmara Municipal, durante o ano de 1926, onde constavam, entre outras informações, o nome do contribuinte, localização do estabelecimento comercial, natureza do negócio e o valor pago ao município. No total, foram contabilizados 738 contribuintes.

12 Almanak Laemmert 1925, 2º Volume, pp. 812 e 813.

13 A Praça XV de Novembro foi alvo de um elogioso comentário do célebre jornalista Assis Chateaubriand, em 1922, quando esteve na cidade a convite de Flávio Uchôa, para conhecer as instalações da nova Companhia Electro-Metallúrgica. “(...) Fez-se um ligeiro descanso no hotel e da janela lança um golpe de vista sobre a linda praça, que fica diante de nossa hospedaria [O jornalista referia-se ao Hotel Central]. Esta praça tem um bom gosto raro: dir-se-ia, pela gramma tenra, bem cuidada, a ausência dos hediondos canteiros de rosas, um parque inglez. Commove-me o imprevisto desse encontro, a

A região central era responsável, em 1926, por concentrar mais da metade dos 738 estabelecimentos comerciais de Ribeirão Preto. O mesmo levantamento feito no arquivo do jornal A Cidade – com a ressalva de que os números apresentados não são completos, devido à falta de alguns exemplares do jornal – mostrou que apenas cinco ruas da região central concentravam mais da metade dos estabelecimentos comerciais da cidade (55,96%). Desse total, 65% estavam restritos a duas vias: a Saldanha Maranhão, com 143 estabelecimentos comerciais e a General Osório, com 124.

Ribeirão Preto, portanto, na época da inauguração do Central Hotel, era café, mas também era muito mais do que isso. Aliás, o mesmo levantamento no arquivo do jornal A Cidade mostrou que, naquele 1926, um empresário – Antonio Diederichsen – já recolhia mais impostos para os cofres municipais do que os principais fazendeiros do município.

Ribeirão Preto, naquela época, vivia uma situação, no mínimo, inusitada: apesar de a maior parte dos impostos recolhidos ser proveniente do comércio, da indústria e de serviços, o poder econômico estava com o grande capital cafeeiro, que pouco recolhia em impostos para a cidade, mas dominava com mão forte a política local.

Tanto Adalberto Roxo, primeiro dono do Central Hotel, quanto Meira Junior, diretor-presidente da empresa responsável pela compra do Palace e pela construção do Quarteirão Paulista, eram pessoas ligadas ao círculo de poder dos grandes coronéis do café e a um, em especial, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira.

que o meu olhar se mostra imediatamente sensível. A harmonia, a doçura, a suavidade daquela jardim, encantam a um apaixonado da beleza na simplicidade. Vê-se que por allí não passou uma tesoura de chacareiro vulgar, mas sim a mão fina e subtil de um artista, cheio de medida e sentimento. Ribeirão Preto pode gabar-se de ter, na sua praça, um padrão de cultura.” GUIÃO, op. cit., pp. 35 e 36.

A Rede

A história de Ribeirão Preto relaciona-se com terras, mais especificamente, com a posse de grande quantidade delas, por um número bastante reduzido de famílias, como os Dumont, os Prado e, claro, os Junqueira. A partir do final do século 19, surgiu um estranho no ninho, Francisco Schmidt¹⁴, imigrante alemão, que se tornaria o maior produtor mundial de café.

Com a exceção de Schmidt, todas as famílias citadas anteriormente estavam ligadas ao latifúndio. Com os Junqueira, não era diferente e a perpetuação da posse das terras vinha do modo mais tradicional na época: casamentos consanguíneos - na sua maioria - ou com herdeiros de outras famílias de proprietários de terras.

Joaquim da Cunha Diniz Junqueira nasceu em 1860¹⁵ e a história da sua família é um exemplo disso: a mãe, Anna Osório Diniz Junqueira casou-se inicialmente com o tio de Quinzinho, Francisco Maximiano Alves da Cunha, que morreu em 1850. Com ele, teve quatro filhos. Pouco depois, a viúva casou-se com Emerenciano Alves da Cunha e teve mais dois filhos: Quinzinho e José Augusto Alves Junqueira.

A consanguinidade permaneceu na família: o próprio Quinzinho casou-se com uma prima de primeiro grau, Maria Emerenciana Diniz Junqueira. O irmão/primo Manoel da Cunha Diniz Junqueira também casou-se com uma prima de primeiro grau, também chamada Emerenciana. O casamento desse tipo era praticamente uma regra, uma forma de proteger os bens da família. Esses casamentos, que ocorriam dentro das próprias famílias, justificam o fato de a família Junqueira deter o poder, no último quarto do século 19, quando o café apareceu em Ribeirão Preto.

14 Para mais informações sobre Francisco Schmidt e o contexto em que surgiu, em Ribeirão Preto, ver LOMBARDI, Marco Aurélio de Sousa, "O Rei do Café na Capital do Oeste: Francisco Schmidt e a Modernização Urbana de Ribeirão Preto durante a Belle Époque Caipira (1892-1920)", in *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 2008.

15 Nascido em 14 de maio de 1860, foi batizado em 22 de agosto do mesmo ano, na igreja matriz de São Simão. Filho caçula de Ana Osório Diniz Junqueira e Emerenciano Alves da Cunha. Sua avó materna, Anna Claudina Diniz Junqueira, e Augustinho Ferreira Brito foram seus padrinhos.

Os ancestrais da família Junqueira possuíam grandes extensões de terra e boa parte continuou com fazendas nos arredores de Minas Gerais, nas proximidades do distrito de Encruzilhada (hoje município de Cruzília). Porém, alguns se deslocaram em direção a São Paulo. Alguns patriarcas dessa ocupação foram o tenente Francisco Antônio Junqueira e seu irmão capitão João Francisco Junqueira, que se fixaram na região correspondente à atual Orlândia; Francisco Antônio de Diniz Junqueira, em Franca; e Antônio de Souza Diniz, em terras nas proximidades do que hoje é São Simão e Sertãozinho (...) Os descendentes desses entrantes constituíram a linhagem dos Junqueira, dos quais é de interesse, nesse momento, Luiz Antônio de Souza Junqueira e sua esposa, Ana Claudina Junqueira. Eles ocuparam terras às margens do rio do Onça, fundando a fazenda Lajeado, com 78.000 alqueires de terra. A área dessa fazenda pertence atualmente aos municípios de São Simão, Cravinhos, Ribeirão Preto e Sertãozinho. No entanto, em um momento anterior, as terras que um dia se tornariam a cidade de Ribeirão Preto compunham parte da Sesmaria da Onça, que era posse do capitão José Pedro Diniz Junqueira, o que comprova ser histórico o poder dos Junqueira na região.¹⁶

Poder econômico não significa muita coisa se não for convertido em poder político. Os Junqueira souberam fazer isso bem, antes mesmo da existência de Ribeirão Preto.

Os Junqueira tiveram participação nos processos políticos da região antes mesmo da formação de Ribeirão Preto. O capitão Gabriel de Souza Diniz Junqueira foi vereador mais votado na eleição de 1866 e presidente da casa, realizada para a Câmara de São Simão. Nessa época, o presidente da câmara exercia, também, a função de prefeito, acumulando os poderes legislativo e executivo. Pelos bons serviços prestados à causa pública, o capitão Gabriel foi condecorado com a Ordem da Rosa e a insígnia de comendador pelo Imperador D. Pedro II.¹⁷

16 MATTIOLI, Alexandre F. , in A Teia De Poder: O Coronel Junqueira e a Política da Primeira República – Ribeirão Preto de 1889-1932. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal de Uberlândia, 2014, pp. 28 e 29.

17 Idem, p. 51

Não foi o café que transformou os Junqueira, em especial Quinzinho, em uma família poderosa econômica e politicamente. Esse poder já existia antes e só foi exponencialmente multiplicado com a relação da família com o café. Mas o que o supercoronel de hábitos aristocráticos¹⁸ conseguiu de diferente, em relação aos seus pais, irmãos e tios, foi a percepção de planejar casamentos, que não estivessem ligados pela consanguinidade, para seus herdeiros, mas que lhe permitissem – e à sua família – criar uma forte relação de poder que extrapolou as fronteiras de Ribeirão Preto e chegou ao Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Ele e Maria Emerenciana tiveram seis filhos: Osório não se casou com nenhuma prima, mas com Amélia Prado Uchôa, filha de outra tradicional e poderosa família de proprietários de terra, os Prado. Anna, outra filha, casou-se com um promissor engenheiro chamado Jorge Lobato, vereador em diversas ocasiões e dono da Casa Bancária Lobato, responsável por diversos empréstimos ao próprio Quinzinho e, o que é mais interessante, por comprar títulos da dívida pública do município de Ribeirão Preto. Outra filha, Gabriela, casou-se com um promissor advogado chamado Altino Arantes, que alçou voos maiores, chegando a ser presidente do Estado de São Paulo (cargo equivalente ao de governador do Estado), entre 1916 e 1920, além de deputado federal.¹⁹ O mérito desse aristocrata do interior foi ter tido a habilidade de somar a tradição ao poder econômico, bastante aumentado pelo café, e ter como resultado um respeitável poder político, inquestionável, em termos regionais, e bastante presente nas esferas

18 Ibidem, p. 56. “Quinzinho Junqueira era um homem de caráter igualmente fascinante... era um aristocrata. Sua família... já morava na região há algumas gerações. Originalmente criadores de porcos e pecuaristas, tornaram-se cafeicultores e prosperaram. A riqueza lhes deu oportunidade para adquirir cultura no sofisticado mundo europeu. Apesar de poucos membros da família terem tido uma educação formal, praticamente todos foram educados na infância por alguns dos melhores tutores particulares que o dinheiro podia comprar. Eles haviam viajado pela Europa e adquirido gostos apurados e maneiras sofisticadas.

19 Ibidem, p. 94. “Altino Arantes e Washington Luís são alguns exemplos da influência de Quinzinho no Diretório Central do PRP, ambos eram “gentes” do coronel ribeirão-pretano. O primeiro era seu genro, sendo deputado federal, membro da Comissão Executiva do PRP e Presidente do Estado de São Paulo de 1916 a 1920. O segundo, Washington Luís, era um dos principais políticos do período, membro da Comissão Executiva do PRP, Presidente do Estado de São Paulo de 1920 a 1924 e Presidente da República de 1926 a 1930.

estadual e federal. A liga para que essa combinação funcionasse perfeitamente chamava-se Partido Republicano Paulista (PRP), o principal partido político do país, entre a proclamação da República (1889) e a Revolução Vargas (1930).

Como chefe local e regional do PRP – cuja liderança foi apenas afetada em alguns anos da década de 1920, pelo coronel Francisco Schmidt, também do PRP – Quinzinho da Cunha conseguiu tecer uma rede de influências que surgiu em Ribeirão Preto e que envolveu, além do próprio Altino Arantes, João Pedro da Veiga Miranda, Fábio Barreto, Manuel Aureliano Gusmão e Joaquim Macedo Bittencourt²⁰.

Todos, à exceção do genro Arantes, passaram pela Câmara Municipal – órgão que, na época, englobava os poderes executivo e legislativo. O prefeito ou, antes dele, o intendente, era um dos vereadores definido pelos seus pares.

O caso mais emblemático é de João Pedro da Veiga Miranda, que foi vereador, presidente da Câmara, prefeito, deputado estadual, deputado federal e, por fim, ministro da Marinha. Veiga Miranda era casado com Albertina, filha do capitão da Guarda Nacional, João Firmino de Andrade Junqueira. Na casa do sogro, o palacete Firmino, ficaram hospedados o rei Alberto da Bélgica, em 1920, e, dois anos depois, o Presidente da República Epitácio Pessoa, que nomeara Miranda para o Ministério da Marinha.

Assim como Veiga Miranda, Fábio Barreto e Joaquim Macedo Bittencourt, um prefeito visionário, também foram vereadores que estavam sob a influência de Quinzinho da Cunha e que, como Miranda, alçaram voos grandes: o primeiro chegou a Ministro do Tribunal de Contas do Estado; o segundo, a Secretário de Negócios do Interior do Estado, no governo Júlio Prestes (1927-1930). Assim como Veiga Miranda e Bittencourt, Manuel Aureliano de Gusmão também esteve na Câmara de Ribeirão Preto, chegando a ocupar o cargo de vice-presidente, e, como os dois, também foi eleito deputado estadual pelo rolo compressor do PRP. Gusmão, no entanto, tinha uma afinidade a mais com Quinzinho da

20 Para mais informações sobre o ex-prefeito de Ribeirão, ver PAZIANI, Rodrigo Ribeiro, “O Fausto caipira: Joaquim Macedo Bittencourt e as faces da modernidade em Ribeirão Preto na Primeira República (1911-1920)”, in *Locus: Revista de História*, volume 9, nº 2 (2003), pp. 132 a 149.

Cunha: os dois eram integrantes da Loja Maçônica Integridade Pátria, fundada por Quinzinho em 1897, em Ribeirão Preto. Ele e Gusmão, inclusive, subiram de grau no mesmo dia, segundo o jornal oficial da maçonaria brasileira.²¹

Falta, ainda, um dos “civis” destacados daquela época, responsável pela criação das mais importantes obras de infraestrutura da cidade, no começo do século: Flávio de Mendonça Uchôa, um engenheiro sergipano, nascido em 1870, e formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Uchôa foi casado com a herdeira de uma das tradicionais famílias do estado ligadas ao café, Evangelina Silva Prado, filha de Martinho Prado Júnior, conhecido como Martinico Prado.

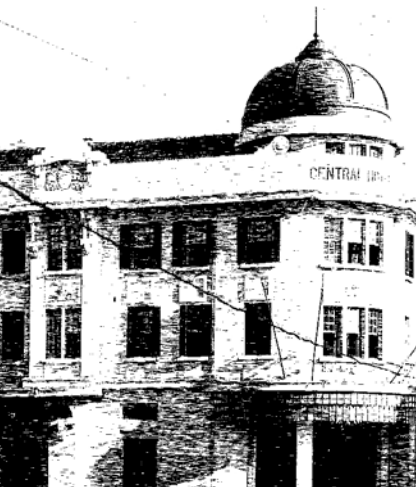
De acordo com o portal digital Plataforma Verri, foi, com o suporte dos Prado, que Uchôa executou obras importantes para o desenvolvimento da cidade. Entre elas, a implantação dos serviços de água e esgoto, a criação da Empresa de Força e Luz, o primeiro calçamento e, principalmente, a criação da Companhia Electro-Metallurgica Brasileira, o primeiro empreendimento do gênero no país, fundada em agosto de 1922, com o capital de grandes fazendeiros, entre eles, Quinzinho da Cunha²². Uchôa era diretor da Companhia e João Alves de Meira Júnior, seu presidente. Nada existe por acaso.

21 Ver Boletim do Grande Oriente do Brazil - Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, nº 10, edição de dezembro de 1898, página 567. Rio de Janeiro, 1899, Typographia da Papelaria de Alexandre Ribeiro & C.

22 Ver Plataforma Verri, título não definido, em <http://www.plataformaverri.com.br/?local=voceSabia&mes=12&dia=26>.



Foto de 1926 mostra os dois hotéis de Adalberto Roxo: o Hotel Central, que seria demolido para a construção do Teatro Pedro II, e o Central Hotel, que se tornaria o Palace



Capítulo 2: O Hotel



Central Hotel, depois Palace Hotel, em foto provavelmente tirada entre 1926 e 1928, quando o prédio ainda era propriedade do comerciante de café, Adalberto Henrique de Oliveira Roxo. Abaixo, foto do hotel, em 1935, já com as alterações feitas pelo arquiteto Hipollyto Gustavo Pujol Junior. Ali, já é possível perceber a presença do Theatro Pedro II, construído após a derrubada do Hotel Central



Em a nossa edição de hontem, fizemos várias referencias á construcção de um grande hotel nesta cidade e, hoje, felizmente, podemos assegurar que, dentro de alguns mezes, esta formosa e rica cidade d'Oeste Paulista terá na mais palpitante realidade, essa obra de extraordinario vulto, que vae concorrer de modo altaneiro para garantir ainda mais a pujança do progresso local. As obras já foram iniciadas no vasto terreno que dá face para as ruas Duque de Caxias e Alvares Cabral (praça Quinze), local muito apropriado ao fim a que se destina o novo e luxuoso edificio. Nas notas do segundo officio desta comarca, já foi lavrado o respectivo contracto, figurando como proprietario o sr. A. H. O. Roxo, cavalheiro aqui residente e como constructora a importante firma Junqueira & Valle. A construcção foi orçada em muitos centenares de contos de réis. Damos a seguir, uma descripção do grandioso edificio: Será construído de 3 pavimentos, com 32 metros e 52 centímetros para a praça Quinze (R. Alv. Cabral) e 42 metros para a rua Duque de Caxias. Terá duas alas perpendiculares. O pavimento terreo conterà amplo abrigo para automóveis, na esquina um vestibulo com caixa de escada, local para elevador, vestiario e escriptorio, um salão de jantar, salão de festas com vestuário para senhoras, gabinete sanitário para senhoras e outros para cavalheiros, um grande bar, dois armazens com face para a praça Quinze, um terraço coberto, dois armazéns com face para a rua Duque de Caxias, copa com adega em baixo, uma cosinha com dispensa em cima, salão para amostras dos srs. viajantes, quatro quartos para creados, entrada para automoveis, rua Duque de Caxias; dois pateos internos, lavanderia, coreto com vista para os salões de jantar e festas e outros compartimentos. Cada um dos pavimentos superiores contará no minimo 50 quartos, formando portanto um hotel de 100 quartos; três corredores de iluminação, terraço coberto com face para a esquina das ruas Duque de Caxias e Alvares Cabral, caixa de escadas, rouparia, escadas de serviço, lugar para elevador e outros compartimentos. A construcção deverá ser executada no prazo máximo de 16 meses.”

Foi dessa forma que o jornal A Cidade, em sua edição de 19 agosto de 1924, anunciou, com toda a pompa e circunstância, o surgimento do Central Hotel. O prédio não foi inaugurado dentro do prazo previsto, 16 meses, o que aconteceria em dezembro de 1925, mas com quase um ano de atraso. O hotel – que chegou a ser apontado como o mais luxuoso do interior do país – só abriu as portas, provavelmente, entre a primeira e a segunda semana de novembro de 1926. A data exata da inauguração não foi possível determinar.

O arquiteto Claudio Bauso, provavelmente o profissional que melhor conhece a história do hotel, sustenta que a inauguração ocorreu em 31 de outubro daquele ano, com base em uma gravação existente em um dos quadros de luz do prédio.

No entanto, não é possível afirmar com precisão se essa é realmente a data em que o prédio abriu as portas. As edições de outubro de 1926 do jornal A Cidade não apresentam qualquer informação a respeito da inauguração do prédio naquele mês. No entanto, a falta de alguns exemplares, deixa em aberto essa possibilidade.

O que se pode afirmar, com certeza, é que no dia 15 de novembro de 1926, houve a inauguração do seu salão de festas, conforme nota publicada no jornal A Cidade:

O sr. Antonio Mascaro inaugurará no dia 15 do corrente, o bello Salão de Festas, do Central Hotel, cujo edificio foi há pouco concluído. E essa inauguração se dará com um grande baile, ou melhor, com um 'chá dansante', para cuja brilhante realização o sr. Mascaro está desde já empregando os seus melhores esforços. Constituirá essa festa, estamos certos, um verdadeiro acontecimento social.²³

Mascaro era o gerente do hotel, integrante de uma família de descendentes italianos, ligados à administração desse tipo de negócio. Durante anos, ele e a mãe moraram no hotel.

Para Ribeirão Preto, em 1926, a inauguração do Central Hotel foi vista como mais um passo rumo à civilização, a estilos de vida



Recorte do jornal A Cidade, de 17 de novembro de 1926, que informa a inauguração do salão de festas do Central Hotel

23 Cf. nota publicada no jornal A Cidade, em 13 de novembro de 1926

inspirados em Paris e Londres e à derrota definitiva do infame pó vermelho. Não por acaso, em editorial escrito no jornal A Cidade, em 17 de novembro de 1926, a abertura das portas do hotel é definida como um item de orgulho local.²⁴

Adalberto Oliveira da Silva Roxo, um bem-sucedido comerciante de café, instalado em Ribeirão Preto, e um dos “..forasteiros que vieram para esta privilegiada terra, com o sonho promissor de se elevar financeiramente”²⁵ mandou construir o Central Hotel. Nascido em 1883, Adalberto Roxo foi o quarto de onze filhos do casal Mathias Octávio de Oliveira Roxo e Eugênia de Campos Negreiros. Ele era neto do barão de Cruz Alta, pai de sua mãe. Ligado a famílias de grandes produtores de café do Rio de Janeiro,

24 Embora seja sobre o hotel, o texto do diário tem metade do seu tamanho dedicado a enumerar as diversas conquistas do Poder Público local em favor do embelezamento da cidade e da sua caminhada rumo à modernidade. De forma grandiloquente, essas conquistas são enumeradas, sempre destacando a incansável luta da administração municipal e dos detentores do poder de então para mudar a cidade. *“Dado o surto empolgante do seu progresso em pouco mais de um lustro, Ribeirão Preto tornou-se um ponto forçado para visitas. A extensão da cidade, a beleza de suas construções, a correção dos serviços públicos, os seus jardins formosos, a instalação da Companhia Metallurgica, a attestar a energia ferrea da nossa gente; a lavoura a opulentar-se em cafesaes infindos, tudo isso constituía a fonte falta de admiração para o forasteiro. Accrescente-se, ainda, o movimento intensissimo do perimetro urbano, movimento que talvez cidade alguma do Interior possue, denotando uma actividade robusta e infatigável - e ter-se-á idea da impressão que causa a urbe cafeeira a quem a procura. Dahi, as visitas constantes a Ribeirão Preto, de pessoas vindas dos mais distantes núcleos do Estado, do paiz e do exterior - pessoas de alta representação social, política, scientifica e diplomatica. Dahi, a fama gerada em torno da nossa terra, sobejamente conhecida agora, como um centro de vida e de trabalho. E dahi, também, o multiplicarem-se os visitantes. Mas, sempre que mostravam aos nossos hóspedes o que tínhamos, envergonhávamo-nos do que não tínhamos e que já devíamos ter: um bom teatro, um hotel, uma boa confeitaria”*. A nota mostra algumas informações interessantes: ao citar a falta de um “bom teatro”, mostra mais do que aparenta, insinuando que o então Teatro Carlos Gomes não teria a qualidade adequada a uma cidade como Ribeirão Preto. O autor acredita que essa referência ao teatro esteja mais ligada à rixa existente entre os coronéis Quinzinho da Cunha e Francisco Schmidt, do que propriamente a uma eventual falta de qualidade do teatro. O Carlos Gomes foi construído por um consórcio de grandes fazendeiros, liderado por Schmidt. É bom lembrar que o jornal A Cidade era uma das propriedades de Quinzinho da Cunha. Quatro anos depois da publicação do texto seria inaugurado o Teatro Pedro II. A citação que deixa clara a falta de uma boa confeitaria talvez tenha mais a ver com uma questão financeira do jornal do que, propriamente, um fato comprovado: a informação coincide com diversos anúncios da abertura de um estabelecimento desse gênero no jornal e com matérias sobre isso.

25 PRATES, Prisco da Cruz, in “Ribeirão Preto de Outrora”, 1975, 4ª Edição, p. 108. Ribeirão Preto. Gráfica Bandeirantes Ltda.

também teve entre seus antepassados - por parte da primeira mulher - o capitão Antonio Gonçalves de Moraes, comendador da Ordem de Cristo e Oficial da Rosa, que se tornou conhecido pelo autoexplicativo e, convenhamos, nada elogioso apelido de “Capitão Mata-gente”.

Roxo casou-se três vezes: a primeira, com a prima-irmã Rosa Antero Roxo, depois com Eunice Teixeira e, finalmente, com Angelina de Carvalho Corrêa. Ele faleceu na cidade de São Paulo, no Sanatório Esperança, em 1943. O local exato do seu nascimento não está claro. O escritor e memorialista Prisco da Cruz Prates aponta o município paulista de São Manuel como sendo a cidade de origem de Roxo. Essa informação é bastante provável, a partir do instante em que os pais de Adalberto, Mathias e Eugênia, foram proprietários das fazendas Vila Eugenia e Nova Cruz Alta, em Jaú, município paulista localizado a pouco mais de cinquenta quilômetros de São Manuel.

Curiosamente, existe uma possibilidade bastante razoável de as famílias de Adalberto Roxo e João Alves Meira Júnior terem se conhecido antes da vinda dos dois para Ribeirão Preto. O primeiro presidente da Companhia Cervejaria Paulista nasceu em Barra do Piraí (antiga Piraí), na mesma região onde os pais de Roxo tinham fazendas. Os dois primeiros donos do Central Hotel são praticamente contemporâneos: Meira Júnior nasceu em 1875 e Roxo, apenas oito anos depois.

Embora tenha se tornado conhecido como empresário ligado ao ramo do café, Adalberto Roxo também foi vereador na última legislatura da Câmara Municipal, entre 1929 e 1932, ao lado de Meira Júnior, mas renunciou em 1929. Essa composição do legislativo municipal não cumpriria o mandato por ter sido dissolvida em outubro de 1930, pela revolução liderada por Getúlio Vargas. A falta de dados sobre Adalberto Roxo mostra que o seu papel na história de Ribeirão Preto, no início do século 20 - um dos períodos mais importantes da cidade - não foi devidamente reconhecido. Isso, em menor escala, acontece com Meira Júnior, Flávio Uchôa e Joaquim Macedo Bittencourt.²⁶



Detalhes do elevador original do Palace Hotel, o primeiro elétrico da cidade. O equipamento foi vendido na década de 1970 e ainda funciona

²⁶ Além de político sazonal e empresário, Adalberto Roxo ficou conhecido, por exemplo, pelas generosas doações feitas ao Asilo Padre Euclides e a cessão de diversas

Parece não haver muitas dúvidas a respeito do fato de Roxo ter enriquecido em Ribeirão Preto com o café. Um questionamento que se faz, no entanto, é: De que forma ele aplicava o dinheiro ganho com esse produto? Sobretudo, por que decidiu gastar boa parte do seu dinheiro construindo um dos hotéis mais luxuosos do país, para vendê-lo um ano depois?

No primeiro caso, há informações de que ele era, também, um investidor imobiliário, que viu, no hotel, a possibilidade de ganhar dinheiro oferecendo hospedagem, comida e atendimento de boa qualidade a um número cada vez maior de visitantes que vinham a Ribeirão Preto fazer negócios.

A experiência com hotéis não era nova para Roxo. Ao ser iniciada a sua construção, em 1924, o futuro Central Hotel era vizinho de outro estabelecimento do mesmo gênero, também de sua propriedade, o Hotel Central, um conhecido e respeitável ponto de encontro de políticos e homens de negócios do Brasil inteiro.

Aliás, durante, pelo menos dois anos, do momento da construção do Central Hotel, até pouco antes da sua inauguração, os dois prédios chegaram a conviver. A diferença é que o mais velho já estava em adiantado estado de decadência, encerrando suas atividades em outubro de 1926. O Hotel Central seria demolido pouco depois, para dar lugar à construção do Teatro Pedro II, conforme informações presentes no Livro de Transcrição das Transmissões do Cartório do 1º Registro de Imóveis de Ribeirão Preto.

Caetano Mascaro, de reconhecida competência como administrador no ramo hoteleiro, deveria ter sido o gerente dos dois hotéis. Isso não ocorreu, por um acontecimento infeliz. Em setembro de 1926, pouco antes da inauguração do Central Hotel, ele faleceu²⁷ (conforme nota na seção Necrologia do jornal A Cidade). O seu irmão, Antonio, assumiria as suas funções, inclusive depois de o hotel ter sido vendido.

Outra possibilidade - na qual o autor está mais inclinado a

casas, no bairro dos Campos Elíseos (zona Norte da cidade), para essa instituição, que as alugava, como forma de aumentar seus recursos. Ao mesmo tempo, o primeiro dono do Central Hotel também foi um dos fundadores, em 1924, do Radio Club de Ribeirão Preto (PRA-7), a sexta emissora de rádio brasileira e a primeira do interior do país.

27 Conforme nota da seção Necrologia, do jornal A Cidade.

Arquivo Público e Histórico de
Ribeirão Preto



*Antonio Mascaro,
primeiro administrador
do Palace*

acreditar - que pode explicar a venda do Central Hotel, no ano seguinte à sua inauguração, está ligada a algo mais prosaico do que o investimento imobiliário: a crise financeira.

Pouco antes da inauguração do Central Hotel, em julho de 1926, sob o argumento de se viabilizar a construção do empreendimento, Adalberto Roxo fez um pedido de empréstimo de 60 contos de réis²⁸ à Câmara Municipal - e é sempre bom levar em conta que a Câmara, naquela época, acumulava as funções legislativas e executivas. Não está perfeitamente claro se o alvo do pedido foi o Central Hotel ou o Hotel Central, uma vez que, pouco antes, ele havia solicitado ajuda para obras no hotel já existente, aparentemente afetado por uma construção vizinha.

Entretanto, não faria muito sentido pedir dinheiro para reformar um hotel já em adiantado estado de decadência e que encerraria as atividades depois de três meses, tendo outro ao lado às vésperas da inauguração. Essa informação, associada à instabilidade dos preços do café, pode ser um indicativo de que as finanças do empresário podiam não ser as melhores naquele momento.

O fato é que, ao construir o Central Hotel, Adalberto Roxo deixou a sua marca na história de Ribeirão Preto, criando, na cidade, o primeiro edifício com fins comerciais. Um prédio que serviu de referência para Ribeirão Preto e que daria origem ao Quarteirão Paulista, que surgiu, quatro anos depois, com a construção do Theatro Pedro II e do Edifício Meira Júnior.

28 Atas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, sessão de 23 de julho de 1926.

Imponente, luxuoso e eclético

“O Eclétismo na arquitetura de Ribeirão Preto manifestou-se amplamente durante o período do apogeu da economia cafeeira, entre os anos de 1883 e 1929 e prolongou-se até o final da década de 1940, quando da assimilação da arquitetura moderna pela classe dominante e do início do processo de verticalização do centro, financiado pela mesma elite. (...) A arquitetura eclética em Ribeirão Preto marcará uma época de manifestações de ‘gosto’, que em curto espaço de tempo tornou-se dominante e cuja expressão plástica variava de acordo com as posses e a classe social do proprietário. Da mesma forma, essas ‘manifestações de gosto’ também variavam de acordo com a procedência do modelo em que se inspirava e com as adequações dos nossos construtores e fachadistas ou ‘frentistas’ incumbidos de sua reprodução. Foram edificadas construções públicas de vulto, residências, apalaçadas, sobrados adaptados para comércio no pavimento térreo, residências com porão habitável nos mais diversos estilos: art-nouveau, fiorentino, neoclássico, totalitário, neogótico, chalets, francês e normando, art-déco, vários ‘luizes’ e, ainda, em reação a essa profusão de estilos, insere-se o neocolonial. O Art-Nouveau, estilo revolucionário na Europa, foi difundido e reproduzido pelas classes mais abastadas não apenas em residências, mas também nas obras públicas e oficiais. (Valadão p. 141).

Lucas Passos



Medalhão existente na decoração do parlatório do Palace, no piso térreo

Se os motivos que justificaram a construção do Palace, como dissemos anteriormente, são fruto de um período muito especial de Ribeirão Preto, sobretudo a existência daquela rede de relações sociais, políticas e econômicas, a sua forma também decorre do período em que ele surgiu. A sua alma, o seu espírito, o que o definia e fazia o prédio ir além de tijolos, argamassa, madeira e vidro, eram dados pela época em que foi construído. O hotel foi fruto de um período extremamente fértil da arquitetura e das belas artes, em geral, e o momento da sua criação foi especialmente interessante. O prédio de Adalberto Roxo e, sobretudo, aquele que foi adquirido em 1927 e transformado pela Companhia Cervejaria Paulista, de

João Alves Meira Júnior, não pode ser visto de forma isolada. Antes de 1927, era um luxuoso hotel, que simbolizava não apenas o esplendor de uma das cidades mais ricas do Brasil, como também a necessidade de suas elites de mostrar que se vivia ali, ou se tentava viver, de acordo com as referências de Paris e Londres.

O prédio, por si só, possuía brilho próprio, já tinha deixado a sua marca na história local, ao ser o primeiro da cidade construído com fins exclusivamente comerciais. Uma fotografia, provavelmente de 1926, mostra a imponência de sua construção, destacando-se na paisagem do Centro da cidade, apesar da simplicidade de suas formas.

Essa fotografia mostra, por exemplo, que, em todos os pavimentos, havia varandas abertas com balaústres (pequenas colunas ou pilares que, dispostos, lado a lado, sustentam corrimões ou guarda-corpos) e com a cúpula mais abaulada, com referências às formas do Leste europeu, sobretudo russas. Não havia a marquise da rua Álvares Cabral e, o que era mais esplêndido, o telhado era suspenso e, nele, estava localizado um mirante.

Por fim – e não menos interessante – um dos símbolos do Palace não existia na construção original, que era a porta de ferro fundido trabalhado, originalmente de madeira, assim como as demais. A última porta da rua Álvares Cabral, aliás, era um arco, ao contrário das outras, que eram quadradas.

Com a reforma realizada pelo engenheiro-arquiteto Hipollyto Gustavo Pujol Junior, provavelmente, entre o final de 1927 e o início de 1928, as portas se tornaram quadradas, a da entrada foi trocada pela de ferro fundido com magníficos trabalhos de ornamentação, a marquise foi criada e as varandas foram fechadas, dado lugar, no interior do prédio, a salas de estar. Por fim, o formato da cúpula tornou-se um arco pleno, a exemplo da existente no edifício Meira Junior.

Quando foi inaugurado, portanto, o hotel já era algo diferente na paisagem ribeirão-pretana. No entanto, adquiriu um sentido maior ao ser integrado ao Quarteirão Paulista. Foi o precursor desse conjunto arquitetônico e, de certa forma, é razoável aceitar-se que, como diz Claudio Bauso, foi quem lhe deu o tom. Porém, ao mesmo tempo, foi, no Quarteirão Paulista, que o Palace adquiriu a sua verdadeira dimensão.

Não é possível pensarmos o hotel, sem levar em consideração o vizinho exuberante e vaidoso, chamado Pedro II, ou o seu clone da esquina da Álvares Cabral com a General Osório. Ou seja, não se pode falar do Palace, sem levarmos em conta o conjunto arquitetônico do qual faz parte.

Quando se fala desse conjunto, fala-se de um quarteirão eclético em termos de estilo, um ecletismo, como afirma a historiadora da arte, Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de Mattos, presente, na década de 1920, em Ribeirão Preto, mas já produto de uma belle époque tardia.

O estilo que define o Palace e o Quarteirão Paulista é marcado pela simetria, pela busca de grandiosidade, por uma hierarquização bastante rígida na definição dos espaços internos e, sobretudo, pela riqueza decorativa, mas tem, como elemento definidor a capacidade de possuir uma identidade relativamente própria, a partir da convivência pacífica entre dois ou mais estilos. Ou, como diz a historiadora, estilos que “possuem um diálogo muito forte entre si, que não roubam características um do outro, mas se completam”.

Talvez uma das melhores sínteses do Palace, em relação ao seu estilo, tenha sido feita por Bauso.

A beleza desse edifício está no seu elemento construtivo, porque trazia detalhes decorativos para compor uma limitação estrutural. A função é agradar o olho, vai ter muita estética. Basta olhar a profusão de detalhes. Como não existia aço suficiente para aguentar uma mão francesa grande, então temos uma espécie de balancim, uma marquise. Só que a força para baixo é tão grande que se torna necessário pôr um elemento embaixo para segurar. Mas, em vez de se fazer um negócio reto, foi feito algo mais arredondado, mais bonito. Isso é fundamental, dar estética na estrutura e, no Palace, isso aparece muito.

Essa belle époque, que chega tardia a Ribeirão Preto, tem como influência o estilo arquitetônico que se torna dominante na capital da República, o Rio de Janeiro, e, mais tarde, em São Paulo. O Rio de Janeiro é a referência, o Rio das belas artes, da influência dos arquitetos franceses, da civilização europeia, era o rumo a ser seguido em termos estéticos, sobretudo, para a elite local,

absurdamente, rica, mas com uma necessidade, quase paranoica, de afirmação social.

Ribeirão Preto era uma cidade importante no cenário econômico brasileiro do final do século 19 e passou a ser igualmente importante em termos culturais entre esse período e o início do século 20. Por isso, trazer um pouco da modernidade francesa do Rio de Janeiro, da corte e da capital da República, significava, necessariamente, trabalhar com a visualidade do eclétismo.

Esse eclétismo reflete-se no Palace, sobretudo no Palace pós-reforma de Pujol Junior. Para Maria de Fátima Mattos, a base de construção do hotel é neoclássica, no entanto, há uma série de características, de detalhes, que o tornam mais eclético, “justamente a partir do diálogo que tem com algumas decorações art nouveau e detalhes que lembram o nosso barroco colonial, sobretudo o mineiro”.

A influência neoclássica no Palace pode ser encontrada no seu pé direito alto, que resgatava valores clássicos, mas de uma forma imponente, porque, afinal, quando se fala do neoclássico, tem-se como referência uma era imperial. Como afirma Maria de Fátima Mattos,

Quem traz o neoclássico para o Brasil? É a própria vontade da missão artística francesa, quando Dom João VI clama por esses artistas e arquitetos franceses, como Grandjean de Montigny²⁹, que implanta o neoclássico como estilo oficial do Império. E, ao fazer isso, no Rio de Janeiro, ao desenvolver projetos como a Biblioteca Nacional e o Teatro Municipal, percebemos que esses esquemas se tornaram clássicos. Se olharmos tudo isso pela noção do neoclássico, vemos que esse modelo se repete no Quarteirão Paulista, embora numa perspectiva invertida.

29 Auguste-Henri-Victor Grandjean de Montigny (1776/Paris-1850/Rio de Janeiro) frequentou a Academia Francesa de Belas Artes e chegou ao Brasil em 1816, a convite da Corte luso-brasileira, com a Missão Artística Francesa, chefiada por Joaquim Lebreton, e da qual faziam parte nomes como Nicolas Taunay, Jean-Baptiste Debret e Marc Ferrez. Entre as suas incumbências, estava a criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Foi o primeiro professor de arquitetura do país e, também, o responsável por projetos no Rio de Janeiro, como a Praça do Comércio, o Mercado da Rua dos Peixes, a Câmara Municipal, o Museu Imperial (Petrópolis) e o anteprojeto para a instalação do Museu Imperial.

O Palace da “belle époque caipira” e da “petite Paris” é neoclássico, sim, mas não só isso: o diálogo com a art nouveau e o barroco mineiro é tão intenso, simbiótico, que os elementos decorativos também se tornam referência, resultando em um ecletismo exuberante.

Arquitetura

Durante a década de 20 serão ampliados os investimentos privados no setor da construção civil. Terá início a fase de construção dos edifícios com finalidades comerciais. O primeiro empreendimento desse tipo será o 'Central Hotel,' na Praça XV de Novembro. (Valéria Valadão)

O Central Hotel foi construído pela empresa Junqueira & Valle, entre 1924 e 1926. No entanto, a planta original ou o seu autor encontram-se perdidos entre os milhares de documentos da venda da Companhia Cervejaria Paulista à Companhia Antártica de Bebidas na década de 1970.

Em 2016, em uma consulta feita às secretarias de Obras e Planejamento de Ribeirão Preto e ao Arquivo Público e Histórico da cidade, não foi possível localizar a planta original do prédio (1924). No mesmo ano, o autor recebeu autorização para realizar uma pesquisa na sede do Grupo Cem, em Jaboticabal (SP) - empresa que integra uma holding que, em 2012, comprou o prédio da antiga fábrica da Antártica, na avenida Jerônimo Gonçalves. No entanto, o resultado foi igualmente nulo em relação às origens do Palace.

Ali, no interior de um galpão, foram encontradas diversos centenas de documentos. Entre eles, preciosidades como plantas do Theatro Polytheama, do Casino Antártica, do Theatro Pedro II e da antiga fábrica na Jerônimo Gonçalves. Sobre o Central Hotel/Palace, só foram localizadas as plantas originais da reforma realizada no prédio em 1974, feita pela empresa Almeida, Simões e Cia. Ltda, a última até o início das obras de restauro para a sua transformação em Centro Cultural, em 2001. Permanecem desconhecidos o projeto que deu origem ao hotel e, claro, o seu autor. Sobre esse profissional, no entanto, há uma tese de que o prédio já teria sido projetado pelo engenheiro-arquiteto carioca Hipollyto Gustavo Pujol Junior³⁰ - um dos mais importantes do início do século 20.

30 Sobre o responsável pela criação do Quarteirão Paulista, inclusive as mudanças

Pujol foi o autor dos projetos do Theatro Pedro II e do Edifício Meira Junior. Sobretudo, foi o profissional responsável pela primeira reforma do Central Hotel - que iria transformá-lo no Palace Hotel - e adequá-lo à estética dos dois edifícios anteriores, que, juntos, viriam a formar o Quarteirão Paulista a partir de 1930. O nome é uma referência à cervejaria dona dos três prédios.

Em diversas entrevistas para a elaboração deste livro, o arquiteto Claudio Bauso afirma que Pujol já conhecia Adalberto Roxo, sobretudo, por passagens por Ribeirão Preto a caminho do Mato Grosso, daí a possibilidade de ele ser o autor do projeto original do Central Hotel. Apesar disso, no livro “Pujol”, a única referência feita ao trabalho do engenheiro-arquiteto, em Ribeirão Preto, é o Theatro Pedro II.

Mesmo sem a planta original, é possível saber como era o edifício no ano da sua inauguração. Um texto publicado pelo jornal A Cidade, em 17 de novembro de 1926, complementa a descrição de 1924, presente na página 21, e descreve o novo hotel com mais detalhes, inclusive o novo salão de festas, inaugurado dois dias antes. Na matéria, é possível perceber que o hotel ainda estava em processo de criação de alguns espaços destinados à locação comercial.

Esse salão, que está artisticamente decorado, com rico mobiliário, condiz com as demais dependências do hotel, impressiona agradavelmente: o “hall” apresenta-se caprichosamente mobiliado, espaçoso, confortável, ao fundo a escadaria, tendo a um lado os elevadores electricos – os primeiros que funcionam nesta cidade. A seguir, o amplo salão de refeições, com cerca de

feitas no Palace, para a construção de uma harmonia estética entre os três prédios, é fundamental a leitura do livro “Pujol”, de André Luis Balsante Caram, publicado em 2001 pela Fundação Banco do Brasil. Além dele, para aqueles que quiserem conhecer um pouco mais o polêmico engenheiro-arquiteto, há um texto delicioso, existente no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Chama-se “Cde 1932. Ele representa a defesa de João Alves de Meira Junior ao processo movido por Pujol contra a Cervejaria Paulista, pelo recebimento de honorários inferiores ao que, supostamente, estavam estipulados em contrato. Em diversas passagens, o texto, escrito pelo próprio advogado e presidente da cervejaria, é um primor de ironia, sobretudo nas inúmeras análises de caráter que Meira Junior faz de Pujol. Evidentemente, é provável que a visão do arquiteto a respeito desse episódio fosse substancialmente diferente. Meira Junior ganhou a causa.

60 mesas de diversos tamanhos, primando pelo bom gosto da sua disposição. Na parte oposta ficam as primeiras secções de quartos. Entre o salão de recepções e o “hall” um magnífico jardim interno onde vae ser montado um bar. Alem desse jardim, tem ainda o majestoso prédio tres áreas, nas quaes vai também ser iniciado um serviço de “buffet”. A vista da cidade que se tem dessas áreas é admirável. Nos tres pavimentos o Central Hotel tem 100 quartos, amplos e confortáveis, com confortável mobiliário e 15 apartamentos, para famílias, composto cada um de uma sala, um dormitório e um banheiro. No próprio predio está sendo instalado um salão de barbeiro e de engraxates, restando ainda desoccupados tres salões para negocio, na face da praça 15 de Novembro, que vão ser alugados.

Sete décadas depois, na sua dissertação de mestrado, a arquiteta Valéria Valadão apresenta uma versão mais técnica do que seria o Central Hotel:

Construído em alvenaria de tijolos e cimento armado (técnica avançada para a época), o edifício apresenta três pavimentos no alinhamento da rua, sendo sua entrada principal de esquina e destacada por uma cúpula no alto, o que lhe confere destaque do conjunto que é marcado pela horizontalidade das fachadas laterais. No térreo situam-se o ‘hall’ de recepção com escada de acesso aos outros pavimentos, e elevador, restaurante, sala de estar, cozinha e sanitários. Há ainda uma área destinada a comércio com frente para a rua Álvares Cabral e entrada de serviço com acesso pela rua Duque de Caxias. As fachadas apresentam platibanda, frisos e volutas. A entrada principal é guarnecida por toldo de vidro. As aberturas são regulares, sugerindo uma composição no neoclássico. Vários elementos apresentados nas fachadas não faziam parte do projeto original, tendo sido ‘aplicados’ ao edifício após sua incorporação ao conjunto arquitetônico denominado ‘Quarteirão Paulista’ (1930). A cúpula, o toldo de vidro, a ‘marquise’ (fachada da rua Álvares Cabral), os frontões e florões que marcam determinadas aberturas dos pavimentos superiores, iriam conferir ao edifício elementos de ecletismo, cuja finalidade seria sua integração aos novos edifícios vizinhos.” (Valadão, op. cit., p. 113).

Foi esse prédio que, segundo o arquiteto Cláudio Bauso - que participou de todo o projeto de restauro e transformação do hotel em Centro Cultural - que deu o tom do Quarteirão Paulista.

Um corredor, em cada andar, separava os quartos e o banheiro coletivo - um por andar - ficava ao lado da caixa de escada. Um detalhe interessante está na descrição do prédio, feita no jornal A Cidade, de 17 de novembro de 1926, ao afirmar que o hotel tinha 15 apartamentos para as famílias - suítes - compostos por sala, dormitório e banheiro.

Esteticamente, as linhas iniciais do Central Hotel eram mais básicas do que as aplicadas posteriormente, na reforma feita por Pujol. “A função dele era ser um hotel, não tinha muito que ficar emperiquitando, com muito rococó. Fizeram uma fachada para hotel mesmo”.

A partir de 1928 (a incumbência de reforçar as fundações do hotel é dada a Pujol por Meira Junior em novembro de 1927) o Central Hotel passa pela reforma de adequação ao Quarteirão Paulista: o telhado, que era aberto, passa a ficar embutido na parede, sobe uma platibanda e a cúpula original do hotel passa a ser um arco pleno, idêntica à existente no edifício Meira Júnior. A diferença, no entanto, é que a atual cúpula do Palace é feita de um material metálico, enquanto que a do Meira Junior é de cimento. A marquise do hotel também foi uma novidade acrescentada por Pujol. Para que a uniformidade se desse entre os dois edifícios que ladeiam o Pedro II, a marquise presente no projeto do edifício Meira Junior teve de ser implantada no hotel. “Se a gente olhar fotos de 1926, veremos que essa marquise não existe no Palace. Existe uma foto, inclusive, que mostra as pessoas andando na rua, na Duque de Caxias e não aparece a marquise do Palace”, conta Bauso.

Para que ela fosse colocada no Palace, foi necessário rasgar a parede do prédio para poder encaixá-la, o que exigiu a criação de mãos francesas, para suportar o peso da nova estrutura.

Transição

Segundo afirmou a arquiteta Valéria Valadão, o Palace é o precursor de uma série de edifícios em Ribeirão Preto com finalidades comerciais. Essa característica permitiu a inclusão, por exemplo, de inovações importantes, como o primeiro elevador elétrico, como afirma o artigo do jornal A Cidade.

No entanto, se o hotel representa um momento de transição de estilos, com a presença do ecletismo, isso também ocorre com as técnicas de construção utilizadas.

O prédio possui tanto características do final do século 19, quanto recursos estruturais já da década de 1920. Em termos técnicos, representa a passagem de um sistema autoportante para outro com estrutura independente de vedação. Autoportante é o nome que se dá à construção de uma parede, apoiando tijolo sobre tijolo, porque um suporta o outro, ou seja, se for tirado o tijolo de baixo, o de cima cai. Na segunda técnica, o esqueleto do edifício é feito em concreto, pilares e vigas, que vão sob a terra, com a fundação feita em concreto armado. Tal método, associado à introdução do aço, altera completamente o sistema de construção, a partir da segunda metade da década de 1920, inclusive o modo de se desenhar um prédio.

O Palace apresenta um pouco desses dois sistemas, conforme mostra um laudo do arquiteto Jeferson Navolar, feito para a Prefeitura de Ribeirão Preto, no início dos anos 2000, já dentro do processo de restauro do prédio e a sua posterior reforma para transformação em Centro Cultural:

O concreto armado está presente em todos os pavimentos (no interior do edifício), na forma de lajes, vigas e pilares, porém, nas elevações (tanto a externa quanto as internas) temos a impressão de que em alguns trechos as vigas de concreto armado se apoiam em maciços de alvenaria de tijolos. Essa sensação se intensifica ao avaliarmos que no sentido longitudinal (maior comprimento das alas) temos vigas de concreto armado se apoiando em pilares afastados em até 8,00 m, podendo estar também sendo previsto o uso das paredes como apoio.

No outro sentido (transversal) temos como estrutura portante, diversas vigas à mostra, também em concreto armado que não coincidem necessariamente com as paredes divisórias dos quartos e têm como função estruturar as lajes dos pisos (lajes treliçadas), formando planos estruturais.³¹

Assim, o prédio ganhou uma fachada autoportante, com paredes robustas e, no seu interior, estrutura independente da vedação, que permite, por exemplo, que a derrubada de uma parede interna não interfira na estrutura do prédio.

A construção do hotel foi pensada tendo em mente a funcionalidade. Esse foi o ponto de partida. Após a reforma de Pujol, o prédio recebeu uma mudança estrutural importante, como conta Navolar. “A construção original, além de duas Alas da esquina (formando um L) possuía internamente uma outra ala perpendicular, formando então a construção uma letra ‘F’, gerando dois pátios internos.”

Em uma visita ao Palace, a sua entrada principal é pela esquina das ruas Álvares Cabral com Duque de Caxias. O acesso à recepção é dado por aquela imponente porta de ferro fundido, com elementos decorativos de flores e vidro bisoté francês. Essa porta provavelmente foi feita em Ribeirão Preto, em alguma serralheria local, mas não há nenhum registro de que tenha sido utilizado metal da Companhia Electro-Metallurgica Brasileira³².

O acesso ao prédio é feito por um hall, onde fica a recepção. À sua direita, ao lado da rua Duque de Caxias, estava o restaurante

31 SUNECA, Renata Alves. Quarteirão Paulista: um conjunto harmônico de edifícios monumentais. Dissertação de Mestrado em História - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. 2002, p. 146.

32 Inaugurada em 17 de agosto de 1922, com a presença do então presidente da República, Epitácio Pessoa, a Companhia Eletro-Metalúrgica Brasileira foi a primeira da América Latina a produzir aço a partir de energia elétrica e, também, a principal fornecedora desse metal para a construção do edifício Martinelli, em São Paulo, o maior da América do Sul, em 1924. Foi instalada no antigo bairro Tanquinho em Ribeirão Preto. Idealizada por Flavio de Mendonça Uchoa, o seu primeiro presidente foi João Alves de Meira Júnior. Entre os seus 90 acionistas, estavam a Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto (do próprio Uchoa); Osório da Cunha Junqueira; Sylvio Alvares Penteado, Caio da Silva Prado, Martinho da Silva Prado, Manuel Maximiano Junqueira, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, Theodomiro de Mendonça Uchoa, Francisca Silveira do Val, entre outros. Fechou apenas sete anos depois.

feito com todos os requintes de art nouveau (vidro bisoté, decorações em gesso, lustres, pilares revestidos de espelhos franceses e vigas de concreto com elementos decorativos esculpidos).

Atravessando o salão, ao fundo, havia a cozinha, dividida em três partes: a cozinha propriamente, uma segunda parte, onde os garçons pediam a comida e a terceira, uma grande dispensa. Atrás da cozinha, existia um corredor de serviço, que ia dar em um armazém para a carga e descarga de mercadorias, na rua Duque de Caxias.

Segundo Bauso, o acesso à cozinha era bastante restrito aos funcionários. Os talheres de prataria espanhola, pratos e os utensílios do café da manhã, como leiteiras, cafeteiras, todos os dias passavam por contagem. Se algo desaparecesse, era descontado do funcionário³³.

À esquerda do restaurante, havia o salão de festas – aberto poucos dias após a inauguração –, localizado estrategicamente perto do restaurante, porque a mesma cozinha que servia essa área também servia o salão.

Na parte de trás, havia ainda o vestiário de funcionários, uma lavanderia e um pequeno quarto de costura (para a realização de concertos de emergência em roupas de cama, toalhas ou cortinas). Em cima dessa área de serviço, havia uma laje sem telhado, com varais, onde se secava a roupa. Quando chovia, as camareiras tinham de correr e tirar tudo de lá.³⁴

33 De acordo com Cláudio Bauso, a contagem dos utensílios foi reportada por antigos funcionários, alguns na década de 1940, por meio de entrevistas feitas por ele e outros profissionais que trabalharam na restauração do Palace. Para Bauso, essas informações mostram mais do que aparentam, uma vez que apontam para o tipo de relação social existente na época. Nas mesmas entrevistas, por exemplo, ele destaca que os empregados não tinham acesso a certas partes do edifício. No início dos anos 2000, Bauso também fez uma visita guiada ao Palace, gravada em vídeo, com dois sobrinhos de Antonio Mascaro – primeiro locatário do Palace, em 1926 – que atualmente moram no Paraná. Nessa espécie de documentário, eles contam diversas histórias sobre o dia a dia do hotel, das relações pessoais e lembram histórias da infância. Infelizmente, o vídeo foi perdido. Na realização deste livro, o autor também falou com alguns ex-funcionários do Palace e, sobretudo entre as décadas de 1980 e 1990. Já com novos locatários, o ponto comum entre todos é que as relações patrão-empregado tinham, por assim dizer, limites rígidos bastante claros. Com uma ou outra exceção, a relação era distante. No entanto, no último dia de funcionamento do hotel, no final de 1992, todos foram convidados para um almoço de despedida.

34 Em uma entrevista feita pelo autor com uma ex-camareira do Palace, esse processo de estender e retirar as roupas dos varais era considerado quase brutal. O acesso

Em todos os andares, o piso, instalado sobre pequenos suportes de dez centímetros sobre a laje, era de tábua corrida. Na reforma do Palace, a partir de 2001, quando o prédio abandonado e praticamente destruído, foi quase que, na sua totalidade, desmontado internamente, foram encontradas botinas, jornais, garrafas de vinho, caixas de pregos e maços de cigarro, sob o piso de madeira, resquícios deixados pelos operários, provavelmente durante a reforma de Pujol.

Nas chamadas áreas nobres do hotel, o revestimento do piso térreo e o do último pavimento eram de ladrilho hidráulico. Partes do prédio, sobretudo as áreas comuns dos corredores de acesso aos quartos, ainda possuem esses revestimentos.

Grande parte do mobiliário e dos utensílios originais do Palace desapareceu. No entanto, atualmente, em uma área onde, normalmente, se realizam exposições, existe uma espécie de memorial do hotel, onde é possível encontrar alguns utensílios utilizados ao longo de sua história. Dentro de uma cristaleira, há moedores de café, talheres, cardápios, copos e outros tipos de materiais que sobreviveram ao tempo e, também, a ações trabalhistas na justiça, furtos e extravios.

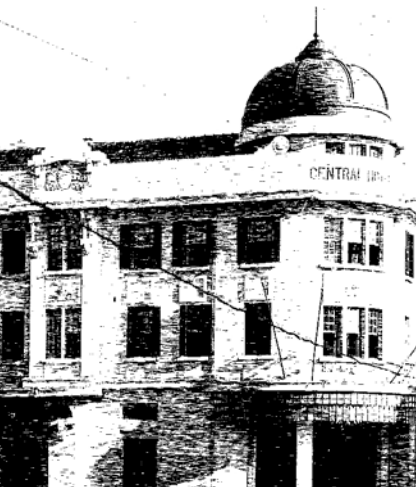
De resto, a memória do hotel é dada por ele mesmo, pela sua entrada imponente, pelo antigo restaurante, pelo salão de festas e pelos corredores, onde estavam instalados os quartos. Atualmente, os visitantes do Centro Cultural, que quiserem conhecer o hotel, vão perceber que, no primeiro e segundo pisos (onde estavam instalados a maioria dos quartos), é possível notar algumas marcas no chão, feitas com revestimentos diferentes, que indicam não somente a localização dos quartos originais do hotel, mas também suas divisões internas. Essas marcas foram realizadas durante o processo de restauro.

à laje era feito por uma escada bastante estreita e íngreme, que tinha de ser escalada com vários quilos de roupas. Essa mesma funcionária conta que, em uma ocasião, escorregou, caiu e só não teve ferimentos mais sérios, porque a própria trouxa de roupa amorteceu a queda.



Acima: detalhe da porta de entrada do Palace; abaixo, à esquerda, escadas no pátio interno; à direita, detalhe do piso, com as marcações que indicam a localização e dimensão dos antigos cômodos





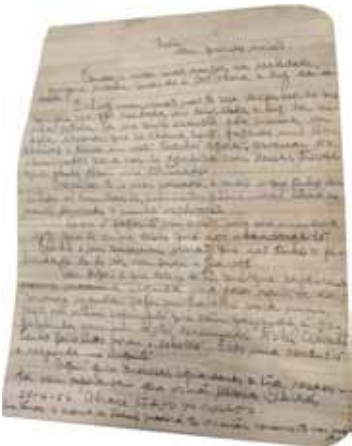
Capítulo 3: As Gentes



Grupo de funcionários do Palace Hotel, em foto sem data, mas provavelmente entre as décadas de 1940 e 1950. Abaixo, uma das folhas do Livro de Registro de Empregados do hotel

Fotos arquivo pessoal





Carta escrita pela irmã de um hóspede do hotel, provavelmente da década de 1960. O irmão, militar, por motivos desconhecidos, saiu sem pagar a conta e deixou diversos pertences no quarto, entre eles, a farda. A carta foi encontrada durante o processo de restauro do prédio, no bolso do casaco. A vestimenta foi preservada e pode ser encontrada no interior de um guarda-roupa original dos quartos, no Centro Cultural

Qualquer pessoa que venha a Ribeirão Preto e pergunte a algum morador sobre as histórias do Palace receberá, invariavelmente, respostas envolvendo prostitutas, coronéis do café e, principalmente, passagens secretas.

É verdade? Provavelmente, sim. Existem duas versões, ambas relacionadas à existência de uma passagem secreta entre o hotel e o Theatro Pedro II e as duas envolvendo grandes fazendeiros do café, empresários e políticos com amantes ou prostitutas, geralmente francesas.

A famosa carta de Monteiro Lobato a Godofredo Rangel, de 1907, confirma isso:

Em Ribeirão dizem que há 800 ‘mulheres da vida’, todas estrangeiras e caras. Ninguém ‘ama’ ali à nacional. O Moulin Rouge funciona há 12 anos e importa champanhe e francesas diretamente. Como se vê, não era por falta de animação que a cidade padecia. Mas, a carta do grande escritor é de 1907 e, provavelmente, referia-se ao Theatro Eldorado, de propriedade do francês, François Cassoulet.

Cassoulet foi o grande inovador da noite ribeirão-pretana, transformando a pacata e provinciana cidade em um centro de recreações culturais e carnais, até a sua morte, na pobreza absoluta, em 1919. Além de administrar o Theatro Carlos Gomes, foi também o primeiro administrador de diversos locais de recreação na cidade: cinemas, teatros, riques de patinação e, claro, de empreendimentos com diversões dirigidas ao público adulto e suas recheadas carteiras. Entre eles, estava o Casino Antarctica, inaugurado em 1914, que elevou a noite de Ribeirão Preto a níveis estratosféricos de sofisticação e libertinagem.

É bastante provável que esse panorama tenha permanecido até 1926, ano da inauguração do Palace. No entanto, é razoável assumir que, se a tal passagem do prazer existiu, foi criada após 1930, com a inauguração do Pedro II. Nessa época, a crise da Bolsa de Valores de Nova York já fazia sentir os seus efeitos na cidade, a ponto de interferir, por exemplo, nos acabamentos utilizados no próprio teatro, quando os itens originais, previstos por Pujol Junior, foram substituídos por outros de qualidade inferior.

De qualquer maneira, no primeiro e terceiro andares do hotel, existem passagens que se ligam ao teatro. A inferior, mais pública,

pode ser vista da rua Álvares Cabral e era utilizada para a circulação de estrelas (cantores, cantoras, atores e atrizes), entre o hotel onde estavam hospedados e o teatro, de forma a não serem incomodados no seu deslocamento pela rua.

A passagem do terceiro andar está lacrada e é essa que gera inúmeros comentários a respeito das aventuras dos fogosos coronéis do café com lindas mocinhas francesas, como diria Aldir Blanc, em uma de suas canções.

Uma das teses apresentadas para ela é a de que os reis do café subiam até o último andar do teatro, acessavam a passagem e negociavam o preço do amor com as suas clientes, consumando a relação afetiva/comercial nos quartos abaixo. Uma variação dessa tese diz que os encontros eram realizados no romântico belvedere existente no último piso do hotel.

Há ainda outra informação sobre a existência de um túnel, obviamente secreto, entre o Palace e um cabaré que existiu no subterrâneo do teatro, para onde os insaciáveis coronéis se dirigiam. Na segunda metade da década de 1990, integrantes do Conselho Municipal de Cultura fizeram uma inspeção nos dois prédios e concluíram que não era possível saber se o túnel existia ou não. O fato é que a passagem, no terceiro andar do Palace, existe e, certamente, foi criada com alguma finalidade. Se servia de caminho do amor para a elite masculina endinheirada da época, enquanto as suas caras-metades se divertiam no Pedro II, a resposta fica no terreno das especulações. Particularmente, o autor acredita que pode realmente ter servido a esse fim.

O fato é que, com ou sem passagem, o Palace, como todo hotel, sempre foi um ninho de amor para muitos e esse fato atravessou décadas. Dois ex-funcionários ouvidos durante a elaboração deste livro contam histórias envolvendo sexo hetero e homossexual, brigas e, pelo menos, dois crimes horrendos.

Sobre o assunto, esses dois antigos empregados contam que era relativamente comum a utilização do hotel para a prática – nem sempre discreta – de encontros amorosos, que envolviam adultério e, em alguns casos, homossexualismo masculino. Em nenhum momento, falou-se sobre encontros amorosos entre hóspedes do sexo feminino.

No caso dos encontros entre homens, geralmente relacionados às

décadas de 1950 e 1960, os quartos pedidos tinham sempre duas camas, para deixar uma ideia de que eles apenas dividiam o cômodo. Mas, em diversos momentos, a empolgação dos amantes impedia que as portas dos quartos fossem trancadas, o que gerou algumas situações inusitadas durante a visita das camareiras. Não havia, pelo que foi contado, julgamento aberto de valores, por parte da direção do hotel. Os clientes pagavam e o que faziam nos quartos era problema deles. A determinação aos funcionários era que fossem absolutamente discretos em relação a essas situações.

Tornou-se conhecido, entre os antigos empregados, por exemplo, o caso de um empresário local, que, durante meses, hospedou a amante no hotel, sem maiores problemas. Assim como se conta, de maneira bastante explícita, que um dos quartos era utilizado como local para a prática de abortos.

O primeiro caso tem uma chance grande de ser verdadeiro, pelo fato de diversas pessoas, em diferentes momentos da elaboração do livro, terem citado a mesma situação. O segundo, como se pode imaginar, é bastante mais difícil de ser confirmado e, dessa forma, é visto pelo autor apenas como um rumor.

O Palace do amor, por assim dizer, foi, também, palco de, pelo menos, dois assassinatos e um suicídio, segundo ex-funcionários. No primeiro caso, é famosa a história de um cozinheiro do hotel, que não primava pelos bons modos na relação com os demais colegas de trabalho e foi esfaqueado na própria cozinha.

Também é contada a história de três homens – possivelmente entre as décadas de 1950 e 1960 – que entraram em um dos quartos, do qual, no dia seguinte, somente saíram dois e uma mala. Uma das ex-funcionárias conta que o gerente da época foi testemunha do estado lastimável em que se encontrava o cômodo, especialmente o banheiro, encharcado de sangue.

A hipótese mais provável, segundo teria dito o gerente a essa funcionária, é que um dos homens, que entrou no quarto, teve a falta de sorte de ser esquartejado, seus restos jogados no vaso sanitário e o que, eventualmente, não pôde ser eliminado, teria sido colocado dentro em uma mala.

Aos funcionários e a esse gerente, teria sobrado uma ameaça nada velada sobre a necessidade de se manter sigilo sobre o caso,

A Cidade/Mastrângelo Reino



Conjunto de pratos do restaurante do Palace, em exposição no piso térreo

até que eles fossem embora. Pagaram a conta e desapareceram. O homicídio, se existiu, foi abafado.

Um terceiro caso tétrico diz respeito ao suicídio de uma funcionária, bastante jovem, ainda nos anos iniciais do hotel. Ela teria se autoimolado, depois de uma decepção amorosa com um hóspede, que ela descobriu ser casado.

Com tantas mortes no local, é natural que surgissem histórias de fantasmas. Diversos funcionários do atual Centro Cultural juraram que já tiveram contato com espíritos de ex-funcionários ou almas de outras pessoas que ali habitam. Um desses fantasmas, aliás, seria exatamente daquela funcionária que se suicidou, após a desilusão amorosa.

Outro fantasma do prédio seria o de um anão que foi acolhido pelo hotel, provavelmente, entre as décadas de 1940 e 1960. Ele trabalhava na recepção de mercadorias e, eventualmente, como substituto de porteiro. O homem morava no terceiro andar do prédio, em condições bastante próximas da miserabilidade, em um pequeno quarto com telhas plásticas, que transformavam o local em uma verdadeira estufa. Mais de uma pessoa confirmou que uma das formas de ele superar as condições adversas de moradia era o álcool.

Em 2016, um casal que tem um canal no You Tube e, que usa a tecnologia para investigar a presença de fenômenos paranormais, esteve, durante uma noite, no Palace. O resultado desse trabalho foi a confirmação da existência de seres de outro plano, em diversos locais do antigo hotel.

O autor esteve presente, como jornalista convidado, nessa aventura no escuro. Sim, durante a noite toda, os investigadores do além não permitiram que fosse ligada qualquer luz, o que, convenhamos, não é muito animador para quem está em um local que pode ser habitado por fantasmas, sabe-se lá com quais intenções. No entanto, provavelmente por causa de uma formação mais racionalista do que o necessário, o autor não presenciou algo que pudesse ser descrito como um contato com seres do outro mundo.

Houve picos de energia medidos por diversos instrumentos levados pelo casal e a mulher, que se define como portadora de paranormalidade, em diversos momentos, alegou falar com es-

Arquivo Público e Histórico de
Ribeirão Preto



*Funcionários do
Palace, em foto sem
data*

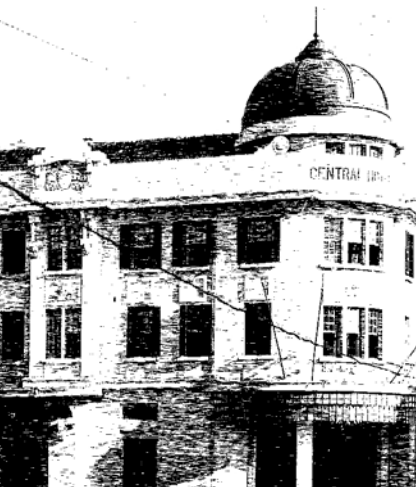
píritos, entre eles, os dos três ex-funcionários e de algumas personalidades de Ribeirão Preto.

Em, pelo menos duas ocasiões, ela citou informações íntimas de duas pessoas presentes - que teriam sido passadas por espíritos de parentes delas - que as deixaram bastante abaladas. Apesar de ver tais situações com uma dose excessiva de ceticismo, o autor respeita as opiniões e crenças de quem esteve presente naquela noite inusitada no Palace.

A tecnologia tem sido uma aliada na busca por provas da existência de fantasmas no Palace. Imagens de câmeras de vigilância do local também mostram vultos, semelhantes a seres humanos, passando pelo terceiro andar, onde hoje existe uma sala de dança. Funcionários do Palace também citaram o caso de um quadro, no primeiro andar, que, mesmo depois de ter sido colocado na posição correta, voltou várias vezes, a ficar de cabeça para baixo, aparentemente sem intervenção de habitantes deste mundo. Por fim, para quem acredita em fantasmas, um argumento extra para confirmar as ligações do antigo hotel com o outro mundo: o prédio está localizado a poucos metros do primeiro cemitério de Ribeirão Preto, ativo entre 1868 e 1878, no início da praça XV de Novembro. Essa proximidade e, sobretudo, o sofrimento dos que ali foram enterrados poderiam ser uma justificativa para a existência de espíritos no Palace.



Reunião da Associação Paulista de Jornalistas no Central Hotel, em 1935



Capítulo 4: A Cultura





Detalhe das obras de restauro

Não é possível determinar quando o Palace entrou em processo de decadência, mas é bastante provável que isso tenha acontecido a partir da década de 1980. Aliás, a rigor, não se pode falar da decadência do hotel, mas de um processo de vulgarização de partes do prédio, sobretudo as destinadas à locação na rua Álvares Cabral.

O hotel, propriamente dito, sempre manteve uma certa altivez e continuou sendo uma referência regional de boa comida e bom atendimento, até fechar as portas, em 1992. Isso não ocorreu por decisão de quem o administrava, mas por determinação de sua proprietária, a Cervejaria Antartica Niger S/A. A empresa, que, em 1972, compraria a rival Companhia Cervejaria Paulista e iria incorporar, na sua razão social, o nome do principal produto da concorrente, a cerveja preta Níger, assumiu também o controle do Palace e dos outros dois prédios do Quarteirão Paulista.

Dessa forma, não parece correto afirmar que o Palace Hotel encerrou as atividades após um período de decadência. Ele fechou as portas, de forma abrupta, em 1992, provavelmente muito longe do esplendor que teve entre as décadas de 1930 e 1970, mas ainda com uma respeitável reputação. O fechamento do hotel levou à ruína financeira os últimos locatários do prédio.

Por que, então, a Antartica decidiu fechar o Palace? Não há uma resposta definitiva, mas é provável que o processo de tombamento do Teatro Pedro II, em 1982 - após longos anos agonizando e um incêndio que quase o destruiu, em 1980 - tenha feito a empresa optar por dar outra utilização ao hotel e ao quarteirão herdado da Paulista.

No início de 2016, o autor conversou com um ex-vereador local e ele confirmou que havia a intenção, por parte da direção da Antartica, de derrubar o prédio do Pedro II, após o incêndio e vender a área para uma grande instituição financeira. O tombamento dos outros dois prédios do Quarteirão Paulista e da praça XV de Novembro, em 1993, pode ter impedido a derrubada do Palace.

Aliás, o processo de tombamento existente no Condephaat mostra que a proteção legal que foi dada ao Pedro II, em 1982, já incluía, também, o Palace, o edifício Meira Junior e a Praça XV. No entanto, por um erro técnico, só o teatro foi tombado, como afirma a arquiteta Silvia Ferreira Santos Wolff, do Serviço Técnico de

Conservação e Restauro (STCR) do órgão estadual de preservação do patrimônio.

Em um parecer do próprio STCR, de 1980, no qual analisava, exclusivamente, o tombamento do teatro, ela informa que esse processo deveria ser extensivo a todo o Quarteirão Paulista, “pelo fato de todo o conjunto guardar uma relação harmoniosa com a Praça 15 de Novembro e não deve ser desmembrado. Por uma provável falha de atenção (grifo do autor) essa sugestão não foi considerada e o processo seguiu e foi tombado apenas o Teatro Pedro II.”³⁵ Ou seja, o Palace, o edifício Meira Júnior e a Praça XV foram tombados com 11 anos de atraso.

Não é possível afirmar que essa “falha de atenção”, a que se refere a arquiteta Silvia Wolff, esteja ligada à decisão da Cervejaria Antarctica Níger de fechar o Palace. Não é possível saber o que a empresa tinha em mente, mas é perfeitamente possível afirmar que o encerramento das atividades e a quase década que se passou, entre essa decisão e o início do processo de restauro, contribuíram muito para a degradação do prédio.

Nesse caso, não se pode atribuir a culpa dessa situação, exclusivamente, à gigante de bebidas: o Palace foi alvo de uma permuta entre a Prefeitura de Ribeirão Preto e a cervejaria, em 16 de setembro de 1996³⁶, quando foi assinado o documento de transferência. Ou seja, quase quatro anos após a decisão tomada pela empresa de fechar o local e três depois do processo de tombamento do Quarteirão Paulista. Nos demais cinco anos, até o início do processo de restauro – que se arrastaria por intermináveis outros dez anos – o Palace já era um prédio público.

Um laudo feito pelo arquiteto Jefferson Navolar, citado por Renata Sunega Alves, na sua dissertação de mestrado, mostra que o edifício, entre 2000 e 2001, estava em uma situação lastimável, sobretudo devido à ação do tempo e de infiltrações.

35 Condephaat, processo nº 29.840 (1992), p. 45.

36 A lei complementar 571, de 23/7/1996, autorizava a prefeitura a permutar um trecho de 194 metros da rua Nemésio Ferreira Vianna, onde a empresa tinha a intenção de construir uma nova unidade cervejeira. A assinatura da escritura de posse, em 16 de setembro de 1996, foi feita pelo então prefeito Antônio Palocci Filho (PT) e o diretor-presidente da cervejaria, Roberto Gusmão, no prédio do Palace. Na ocasião, já havia a intenção da Prefeitura de se transformar o hotel em centro cultural.



Imagem do 3º andar do Centro Cultural Palace, atualmente e durante o processo de restauro, no início dos anos 2000



Quanto ao estado de conservação do Palace Hotel, em rápidas palavras podemos dizer que em relação às áreas originais (Alas) nos chamou a atenção umas fissuras diagonais localizadas na parede esquerda do Hall principal e outra no piso deste mesmo ambiente, que vai da escada e direção à porta principal; o desgaste sofrido pelas ferragens da laje do Salão de Eventos (a qual sofreu infiltração de águas de chuva nos últimos 5 anos). Neste Salão de Eventos e no Salão do Restaurante a decoração composta por apliques em gesso e os tacos de madeira que revestem os pisos estão se soltando, também por ação de infiltração de águas. Agora, com o início das obras de emergência, as infiltrações foram contidas com a execução de coberturas provisórias. Nos anexos (não originais) a situação é bem pior, construções precárias e com avançado grau de degradação nas estruturas.³⁷

Não eram só esses os problemas. Praticamente todo o madeiramento do prédio estava afetado, assim como o telhado. Alguns pilares foram retirados, porque foi descoberto que estavam apenas pendurados, sem qualquer tipo de utilidade como elemento estrutural.

O processo de uma década de restauração do Palace, em uma palavra, pode ser definido como heroico. Foi uma luta de diversos profissionais, entre eles, integrantes dos conselhos Municipal de Cultura e de Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Ribeirão Preto (Conppac/RP), que estiveram envolvidos e, nos primeiros momentos, cavaram, limparam, construíram e, até mesmo, descobriram a forma original do prédio.

Nesses dez anos, entre o primeiro semestre de 2001, até a inauguração do Centro Cultural, o trabalho desses profissionais consistiu em recuperar um prédio em avançado estado de degradação, sem conhecer a sua planta original (que foi recriada pelos arquitetos, à medida em que os trabalhos foram avançando e as antigas formas foram surgindo), em um trabalho praticamente braçal de resgate da identidade do local.

O prédio foi reduzido ao esqueleto. O telhado foi desmontado e

37 SUNECA, Renata Alves, op. cit., p. 149

coberto com uma lona plástica para proteger o edifício da chuva e da ação do sol. A tradicional cúpula foi retirada, assim como todas as telhas, que, posteriormente, foram lavadas, uma a uma, dentro de uma caixa d'água, para evitar que a água escorresse para outros pavimentos.

Grande parte do madeiramento foi trocado e reconstruído, inclusive as quase 150 janelas venezianas. Parte delas, já com problemas, foram desmontadas e as peças que estavam em bom estado utilizadas na remontagem das que ficam voltadas para as áreas externas do prédio. Só esse processo demorou mais de um ano.

O segundo andar do hotel tornou-se, na prática, uma marcenaria, onde foram realizadas, não apenas a recuperação das peças originais, mas também a construção de novas, exigidas no projeto de criação do Centro Cultural.

Uma das mais belas fotos dessa época foi tirada por Elza Rossato, outro nome que está ligado de forma profunda ao processo de restauro do prédio. A imagem mostra um operário com um carrinho de mão, provavelmente, no segundo andar, fotografado na contraluz, encoberto por uma nuvem de poeira, em uma das mais completas traduções do que foi o restauro do Palace.

Parte desses operários, inicialmente, pelo convívio com os profissionais que trabalhavam no restauro do prédio e, mais tarde, graças a um convênio com o Serviço Nacional da Indústria (Senai) de Ribeirão Preto, tornou-se mão de obra especializada na reforma de prédios históricos.

O que torna a ação desses profissionais - arquitetos, historiadores, operários e voluntários - ainda mais digna é o fato de os trabalhos terem sido feitos em meio a um processo político conturbado e à falta de verbas, que deixou operários e demais profissionais sem salário por vários meses.

O processo de reforma do Palace e a sua transformação em Centro Cultural tiveram início no final do primeiro governo de Antonio Palocci Filho (PT/1993-1996), atravessaram todo o governo de Luiz Roberto Jábali (PSDB/1997-2000), de Antonio Palocci Filho novamente (2001-2002, quando se desligou para participar da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva/PT, à presidência da República), seguiram com o vice de Palocci, Gilberto Maggioni (2002-2004), passaram por Welson Gasparini (PSDB/2005-2008)

e se encerraram, finalmente, no penúltimo ano do primeiro governo de Dárcy Vera (PSD/2009-2002).

Não foi um processo fácil fazer com que o antigo hotel viesse a se transformar, em 2016, no principal equipamento cultural da Prefeitura de Ribeirão Preto e um dos principais polos geradores de cultura do município. Por pouco, ele quase deixou de cumprir esse destino.

Um centro cultural... mas não o Palace

O Palace não foi a primeira escolha para sediar o primeiro centro cultural de Ribeirão Preto. O eleito foi o belíssimo Hotel Brasil³⁸. Aliás, não era uma decisão que se podia chamar de equivocada. Considerado um dos cartões postais de Ribeirão Preto e contemporâneo ao Palace, o Hotel Brasil é uma imponente construção localizada na avenida Jerônimo Gonçalves. O prédio é famoso por ter abrigado estadistas, políticos de renome nacional e equipes de futebol, como o Vasco da Gama e o Boca Juniors, da Argentina. Na década de 1980, após o falecimento do proprietário, Vicente Viccari, o prédio foi permutado com uma família local, pela herdeira, depois vendido a uma distribuidora de medicamentos, que o vendeu a uma administradora de imóveis, que tornou a vendê-lo à mesma distribuidora de medicamentos, já na década de 1990 e, por fim, tornou-se propriedade de uma holding de instituições não financeiras chamada M. Marcondes Participações S/A, em 1993.

Esse é, claramente, um resumo injusto desse prédio deslumbrante. Mas, o fato é que, mesmo após a troca sem fim de donos e um inegável processo de degradação, o Hotel Brasil manteve-se de pé, altivo, a ponto de encantar integrantes do Conselho Municipal de Cultura. Entre eles, Rosa Maria Brito Cosenza de Oliveira, professora, pedagoga e advogada, que, poucos anos depois, seria presidente do próprio conselho.

Na época [provavelmente no início de 1996] nós queríamos a construção de um centro cultural em Ribeirão Preto. Já tínhamos decidido isso com o Palocci e tínhamos sugerido uma troca com o Marcondes [Maurício Roosevelt Marcondes Filho, diretor da M. Marcondes Participações], que era dono do Hotel Brasil. O Palocci até andou procurando uns terrenos [para permuta], mas não se chegou a um acordo financeiro com o Marcondes. O Lorenzato [Antônio Lorenzato/PDC, vereador

38 Para mais informações, ver o texto “Hotel Brasil Histórico outubro 2009”, produzido pelo Conppac-RP e disponível no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

entre 1989 e 1996], que sempre trabalhou muito na Câmara em favor da cultura, sabendo do nosso interesse em um centro cultural – na época chamávamos de Museu da Literatura –, veio nos procurar, dizendo que a Antarctica estava precisando fechar uma rua. Foi aí que surgiu o Palace, por ser da Antarctica. Ele negociou uma conversa nossa com representantes da companhia e nos foi proposto que, se a prefeitura autorizasse o fechamento da rua, poderia haver acordo. Foi uma briga tremenda, a Câmara vetou o projeto do Palocci, sob o argumento de que era um absurdo fechar uma rua, mas no final tudo deu certo e ficou decidido que o Palace seria o centro cultural.

Com o projeto aprovado e o Conselho Municipal de Cultura a favor dele, o Palace tornou-se, oficialmente, um Centro Cultural, em setembro de 1996, com a assinatura do termo da transferência de posse e acabaram-se os problemas, certo? Não. Isso, porque, em 2002, seis anos após a decisão de se transformar o hotel nesse tipo de equipamento e quando, informalmente, já se havia decidido uma forma de ocupação plural da área, o vice de Palocci, Gilberto Sidnei Maggioni (PT), que assumiu a prefeitura após o titular renunciar ao cargo, para participar da campanha de Lula à Presidência da República, resolveu ceder parte do prédio à Sociedade Lítero Musical de Ribeirão Preto por 30 anos³⁹. A decisão não foi bem recebida por grande parte da comunidade cultural da cidade, com a provável exceção dos integrantes da Sociedade Lítero Musical, sobretudo, porque, como o autor apurou junto a outros integrantes do Conselho de Cultura, havia um movimento de bastidores de que o “direito real de uso” do prédio poderia deixar de ser limitado a uma parte dele, mas à sua totalidade.

Esse movimento de cessão exclusiva do prédio a uma entidade não foi bem sucedido, mas até onde o autor pôde verificar, a polêmica lei de Maggioni não foi revogada, mas é letra morta.

De qualquer maneira, a lei complementar⁴⁰, assinada por Antonio Palocci Filho, em 1996, quando trata da permuta do Palace, deixa

39 Lei Complementar nº 1392, de 4 de novembro de 2002.

40 Lei Complementar nº 571/1996

claro, no seu artigo 4º, que “o planejamento de uso, destinação e definição da ocupação do imóvel à Rua Álvares Cabral nº 322/353 será feito pelo Conselho Municipal de Cultura, e ficará subordinado à administração da Secretária Municipal da Cultura”.

Em 30 de setembro de 1996, foi realizada a primeira reunião do Conselho de Cultura, dentro do Palace, para discutir os projetos e as formas de ocupação. Uma semana depois, no dia 5 de outubro, foram apresentadas dez propostas de ocupação do espaço em diversas áreas culturais, além de outra, feita pelo restaurador Julio Cesar Pereira, que previa a ocupação do hotel... como hotel. No dia 24 de outubro, o Conselho Municipal de Cultura oficializou a transformação do antigo prédio do Palace Hotel em Centro Cultural, com escolas de música, dança, teatro, artesanato e artes plásticas⁴¹. O local deveria, também, abrigar a sede administrativa da secretaria de Cultura e oferecer um auditório e salas de exposições. A decisão previa, ainda, que o novo Centro Cultural viesse a se tornar a sede do Museu de Literatura e da Oficina Cultural Cândido Portinari.

De acordo com o caderno Folha Ribeirão, da Folha de São Paulo, edição de 6 de outubro de 1996, as propostas de ocupação acabaram sendo influenciadas pela “descoberta”, ocorrida no início do mês de outubro daquele ano, de 35 apartamentos, que teriam sido construídos, na década de 1940, nos três pavimentos do prédio.

A forma de ocupação dos espaços do Palace, sobretudo, após se tornar pública a existência dessas 35 possíveis novas salas, nunca foi unânime dentro do Conselho Municipal de Cultura. Se, por um lado, o órgão defendia a necessidade de o prédio, como Centro Cultural, ser um porto de abrigo para as mais distintas manifestações culturais, por outro, não significava que a luta pela ocupação de espaços fosse tranquila. Isso, sem falar que, em 2002, a administração municipal Palocci/Maggioni exigiu que o pavimento térreo fosse dedicado exclusivamente a um programa chamado Ribeirão Jovem⁴², certamente uma iniciativa digna de elogios.

41 Folha de S.Paulo, Caderno Folha Ribeirão, p. 8, 25/10 /1996.

42 De acordo com informações do portal da Prefeitura de Ribeirão Preto, o programa “é uma rede de serviços (referência, atenção, encaminhamento, capacitação, informação e empregabilidade), destinada principalmente a jovens de 16 a 28 anos,

O que talvez não merecesse tantos aplausos é que diversas pessoas ouvidas pelo autor destacaram o fato de que a insistência da administração municipal, em 2002, talvez tivesse também a ver com a necessidade de se criar uma vitrine nacional para a campanha do PT. Assim como Ribeirão Preto, Campinas e Santo André, igualmente administrações petistas, também teriam criado programas do mesmo tipo.

O problema é que a formação de jovens não pode ser vista, por maior que seja a boa vontade de quem a faz, como algo ligado a um Centro Cultural. Por isso, o Conselho de Cultura resistiu e não aceitou. Por algum tempo, os furos no chão do salão principal, onde deveriam ser instaladas as tomadas dos computadores e outros equipamentos elétrico-eletrônicos, estiveram por lá, para lembrar que a vulnerabilidade à interferência político-partidária existe, permanece e se coloca, talvez, como uma das principais agendas sobre o Centro Cultural a serem discutidas nos próximos anos.

Como se viu, o processo de nascimento do Centro Cultural Palace⁴³ não foi exatamente tranquilo e, se existe uma característica que pode definir de forma adequada a história desse prédio, o primeiro do Quarteirão Paulista, é uma inquestionável resiliência. O seu restauro, iniciado em 2001, só terminou dez anos, várias administrações e muitas interrupções depois. Em 1997, por exemplo, em entrevista ao jornal “Folha de S. Paulo”, o então secretário de Cultura do governo Jábali, Francisco Pagano, dizia que as obras deveriam estar concluídas até 1998.

Dessa previsão, passaram-se mais três anos até o início formal dos trabalhos e outros dez para a sua inauguração, em 20 de setembro de 2011. Afinal, por que essa demora?

residentes no município de Ribeirão Preto.”

43 Em 2000, o então prefeito de Ribeirão Preto, Luiz Roberto Jábali, por meio da Lei 9.057, de 29 de dezembro de 2000, de autoria do vereador Sebastião Xavier (PFL), atribuiu ao prédio do Palace o nome oficial de “Centro Cultural de Ribeirão Preto Antônio Duarte Nogueira”. [Nogueira foi prefeito entre 1969 e 1973 e entre 1977 e 1983.] No entanto, em 2002, o então prefeito Antonio Palocci Filho, sancionou a lei 9.583, de 14 de junho, elaborada pelo vereador Cícero Gomes da Silva (PTB), que dava o nome do ex-prefeito Duarte Nogueira a uma Unidade Básica Distrital de Saúde (UBDS), no bairro Quintino Facci e, ao mesmo tempo, tornava sem efeito a lei 9.057. Assim, na prática, o antigo hotel da rua Alvares Cabral tornou-se apenas Centro Cultural Palace.

Provavelmente, por uma sucessão de fatores: pode ter acontecido de, em alguns momentos, o restauro ter deixado de ser uma prioridade para as administrações municipais, o que pode ter afetado a liberação de recursos suficientes; pode ser que a burocracia tenha sido um empecilho maior do que se imaginava; e, por fim, pode ser que conflitos internos tenham adiado todo esse processo. Talvez um pouco de cada um desses fatores.

A reforma do Palace só começou a andar, na prática, cinco anos depois de o prédio ter sido permutado com a Antartica. O pontapé inicial foi dado com uma verba municipal de R\$ 652 mil, vinda de doações. No entanto, grande parte dos recursos que foram utilizados para transformar o hotel em Centro Cultural não vieram da administração pública local.

Não é possível definir, com precisão, quanto foi gasto na reforma e restauro do prédio, mas estima-se que tenha ficado em torno de R\$ 10 milhões. Desse valor, 80% (R\$ 8,2 milhões) vieram do governo federal e, das verbas de Brasília, 75% estavam ligadas à Lei Rouanet. A maior parte dos recursos utilizados no restauro do Palace foi captada, entre 2003 e 2009, pelo Instituto Brasileiro de Integração Social Alvorada (Ibisa), uma organização não governamental (ONG) de São Paulo, junto à Petrobras, por meio daquela lei de incentivo à cultura.

No total, foram obtidos R\$ 6.288.963,22 com a estatal do petróleo. A autorização para a primeira captação, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2003, foi feita por um personagem conhecido: Gilberto Passos Gil Moreira, então ministro da Cultura do primeiro governo Lula. No mesmo dia, a Ibisa declarou a captação de R\$ 1.979.656.

Do Ministério do Turismo, entregue pela Caixa Econômica Federal, veio, pelo menos, R\$ 1.950 milhão. Por fim, da Prefeitura, de concreto, vieram R\$ 620 mil, no início do processo de restauro e contrapartidas pontuais, relativas ao convênio com o Ministério do Turismo. Por exemplo, em 2009, foi destinado à reforma do Palace R\$ 1.170 milhão, dos quais R\$ 975 mil (83%) vieram desse convênio e R\$ 195 mil foram a contrapartida da prefeitura. O aviso de licitação para as obras do hotel foi publicado no Diário Oficial do Município (DOM) de 7 de agosto de 2001. A tomada de preços 045/2001 tinha como objeto a “contratação



Aulas de música no centro cultural

de empresa especializada de engenharia para execução de Reforma e Restauro do antigo Prédio do Palace Hotel (Pavimento Térreo e Mezanino)”.

O limite da entrega de propostas foi fixado para o dia 27 de agosto. Na edição de 6 de setembro do DOM, o presidente da Comissão Municipal de Licitação, Walter Maximino, informou que cinco empresas tinham sido habilitadas para a licitação: Cozac Imóveis e Incorporações Ltda, Fazer Construções e Engenharia Ltda, Incec Comércio e Construções Ltda, Construtora do Vale do Paranapanema S/A e Construtora Simioni & Viesti Ltda. A Cedro Construtora e Incorporadora Ltda. fora considerada inabilitada, por ter deixado de apresentar atestados de restauro de prédios históricos tombados.

Finalmente, em 18 de setembro de 2001, a Vale do Paranapanema foi considerada vencedora da licitação e contratada para executar as obras em um prazo de 180 dias. A proposta apresentada pela construtora paulistana foi de R\$ 521.200,84. De acordo com dados da Receita Federal, a empresa tinha sido criada dois anos antes e tinha como sócias a Engeform Construções e Comércio Ltda. e a Construtora Passarelli Ltda.

O contrato com a Vale do Paranapanema ou CVP S/A foi alterado, pelo menos, oito vezes. Parte delas, para a prorrogação dos prazos de construção – que deixaram de se limitar ao térreo e mezanino e passaram a envolver o prédio todo. A sétima retificação, em 2004, já previa que a prefeitura pagasse R\$ 782.989,16 ou cerca de 50% a mais do que o valor da proposta inicial apresentada pela construtora. Curiosamente, as obras finais do Palace foram feitas pela construtora considerada inabilitada pela prefeitura, na licitação de 2001, a Cedro Construtora e Incorporadora Ltda.

Meire Teixeira foi presidente do Conselho Municipal de Cultura (2009) e coordenadora do Centro Cultural até 2016. Sua relação com o Palace vem da infância. A loja do pai, no Centro de Ribeirão

Revolução de Outubro

Preto, guarda um tesouro: o antigo elevador do hotel, aquele eléctrico a que a reportagem do jornal A Cidade se referiu como o primeiro da cidade. Na década de 1970, quando foi comprado, uma das diversões dela e do irmão era ir à loja do pai “para dar umas voltinhas no elevador do Palace”.

No dia 1º de outubro de 2011, Meire foi chamada para uma reunião com Adriana Silva, então secretária municipal de Cultura. Saiu de lá, pouco depois, com o pedido para que ajudasse a preparar o Palace para a sua inauguração, uma vez que, desde 2009, já estava envolvida na reabertura do prédio. A data escolhida foi 20 de outubro.

Tínhamos 20 dias para a data da inauguração. Vim para cá com uma mesa e uma cadeira que trouxe de casa, e duas funcionárias da Cultura – Patrícia Roteger e Maria Gaspar - e dois monitores patrocinados pelo refrigerante DOM (Adriano e Daniel). O prédio, apesar de ter acabado se sair de um restauro, ainda estava com muitos problemas, não tínhamos um telhado bom e não tínhamos tomadas.

O cenário era desolador. A principal dificuldade era lidar com o próprio prédio. Nesses vinte dias, Meire e um grupo de auxiliares e voluntários, principalmente profissionais que trabalhavam com artesanato, lavaram e limparam o prédio de três andares. As duas profissionais encarregadas da faxina só chegariam em 2013.

Parte do mobiliário inicial foi conseguido junto à própria Secretaria Municipal de Cultura, que se somou a duas cadeiras – herdadas do hotel, assim como a caixa registradora. Aliás, todo o mobiliário, comprado com verba federal, só chegou entre fevereiro de 2012 e 2014.

Ninguém sabia onde ficavam os interruptores ou as tomadas de energia, para que pudesse ser ligada a bomba da caixa d’água. Não havia telefone (que seria ligado somente em 2012) e o elevador ficou um ano sem funcionar, porque não havia verba para a manutenção.

Mas, apesar de tudo, prevaleceu a tal resiliência do Palace e daqueles que realmente quiseram que o prédio permanecesse na história de Ribeirão Preto.

A Cidade /Mastrângelo Reino



Mais música...e canto, também

No dia 20 de outubro, às 10h, o Centro Cultural de Ribeirão Preto “Antonio Duarte Nogueira” abriu as portas. Das 10h às 12h, houve apresentações de berimbau, teatro, dança, com intervenções representando todas as décadas do Palace, música, poesia e exposições de carros antigos, na esplanada, fotografias, no Salão Verde, poesia e folhetos do Palace no Salão Mármore, pinturas e peças de artesanato, pelo prédio todo e de utensílios do Palace, pelo prédio e em uma cristaleira, no térreo. Logo após essa programação, a então prefeita Dárcy Vera inaugurou formalmente o Centro Cultural e a sala de leitura “Mário Moreira Chaves”.

As atividades daquele 20 de outubro terminaram às 18h, com a apresentação de uma roda de capoeira, no anfiteatro.

Os problemas não terminaram na inauguração, mas o principal já tinha sido feito. O Centro Cultural Palace foi criado sobre um princípio ético e um fim específico. No primeiro caso, o local fica obrigado a observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero, política, religião ou orientação sexual nas suas ações.

No segundo, relativo à sua finalidade, o Palace tem como principal objetivo o fomento e a difusão cultural, prioritariamente local e regional. Para isso, a sua atuação está definida sobre cinco principais pilares:

1. Formular a política cultural, orientando, incentivando, apoiando e promovendo atividades culturais e artísticas, visando a um maior acesso da população aos bens culturais;
2. Articular-se com órgãos públicos e privados de modo a assegurar a coordenação e execução de programas e projetos culturais;
3. Promover meios que permitam a participação da comunidade no âmbito da política cultural;
4. Estimular, por meio de suas possibilidades financeiras e técnicas, o surgimento de grupos artísticos interessados em constituir organismos estáveis;
5. Viabilizar um calendário cultural democrático e efetivo, para que mais pessoas possam beneficiar-se de suas atividades.

O relatório de atividades de 2015 dá uma dimensão exata do que é o Centro Cultural Palace e a sua importância como fomentador da vida cultural de Ribeirão Preto. Naquele ano, o local recebeu mais

A Cidade /Mastrângelo Reino



Onde há música, tem de haver dança

de 400 eventos. Foram lançamentos de livros, saraus musicais, saraus de literatura, exposições fotográficas de grupos da cidade e do Brasil (como a Bienal de Fotografia), exposições de telas de artistas de Ribeirão Preto e do estado de São Paulo, exposições de artes, moda, presépios e sagradas famílias, palestras com convidados vindos de várias regiões do país e do exterior, seminários, encontros de capoeira, da cultura afro-brasileira, de conselhos, LGBT e um festival de trompetes.

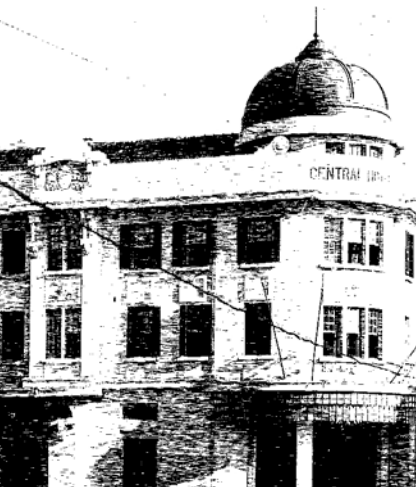
Houve, ainda, o 1º encontro de contrabaixo acústico de Ribeirão Preto, bazares culturais, mostra dos escritores de Ribeirão Preto e região, encontros de artesãos, apresentações de documentários e filmes, apresentação do mapa cultural municipal na área da fotografia, apresentações de teatro de grupos da cidade e do Estado, 6º Encontro Brasileiro de Coro Cênico, com oficinas, apresentações de dança, desfiles, entre outras atividades. Além disso, foram realizados mais de 100 workshops em todas as áreas artísticas.

A lista extensa apresentada acima teve a intenção de mostrar, sobretudo, a diversidade das atividades realizadas no centro cultural. Durante as várias conversas com Meire Teixeira para a realização deste livro, uma frase dita por ela pode ser a síntese de todo o processo que se iniciou no dia 20 de outubro de 2011, quando o Palace deixou de receber hóspedes para passar a receber e hospedar cultura.

Eu era somente da área da dança - fui coordenadora do festival Nacional Dança Ribeirão por 14 anos - quando fui convidada para abrir o Palace. Então, tive que correr atrás de outras áreas, o que deu muito certo. Aprendi desde o primeiro dia que teria que agregar a todos, para podermos fazer um centro cultural democrático e funcional. Foi uma construção de parcerias, que duram até hoje. Foi o cuidado do “dia a dia” que fez o Palace ser o que é.



Aula de pintura



Conclusão



A capa deste livro é uma reprodução da placa do Palace Hotel, um dos itens do local que sobreviveram ao tempo, ao descuido com a coisa pública e às intervenções nem sempre nobres do espírito humano.

Sólida, feita de ferro, a sua simplicidade lhe confere uma beleza ímpar, com as letras e detalhes prateados sobre um fundo preto. Talvez seja o melhor retrato do Palace: belo, sem precisar afirmar que o é. Por isso, é preciso que esse patrimônio de Ribeirão Preto e da região seja cuidado com o respeito e carinho que conquistou ao longo de seus 91 anos de história. Para o autor, o prazer de tentar contar a história do Palace sempre teve a companhia de uma preocupação com o futuro do centro cultural.

Como será o Palace daqui a dez, vinte ou cinquenta anos? É possível que esse local permaneça cumprindo o seu fim, como produtor e fomentador de cultura, mas sujeito a constantes mudanças de caminhos à medida em que mudam as administrações municipais? Essa talvez seja a principal preocupação do autor.

Existe alguma maneira de se blindar o Palace e os demais equipamentos culturais da cidade, de forma a que possam cumprir a sua finalidade última, sem que sejam alvo de interferências políticas, que lhes desvirtuem a forma e o conteúdo?

Infelizmente, não há como responder a essa questão. Mas o fato de estarem ligados diretamente ao Conselho Municipal de Cultura e de ter sido aprovado, no final de 2016, um Plano Municipal de Cultura, que leva em conta essa preocupação, já são indícios de que existe, minimamente, uma proteção.

De qualquer maneira, talvez seja interessante que comecemos um processo de discussão local para definir de que forma esses equipamentos podem servir à sociedade e não a interesses momentâneos. Cultura não é acessório na vida de uma cidade ou de um país. É ela a responsável por fazer fluir o sangue que nos move, instiga-nos, que permite que tenhamos contato com outras visões de mundo e, em última instância, é ela que nos define como seres humanos.

A cidade de Nantes, na França, é considerada das dez mais interessantes para se morar naquele país. Na segunda metade da década de 1980, a economia local literalmente naufragou com a crise dos estaleiros, responsáveis por grande parte dos empregos da cidade e região.

Em 1988, a eleição de um filósofo, Jean-Marc Ayrault, para a prefeitura mudou completamente o perfil da cidade, que se voltou para o turismo e para a gastronomia. Ayrault foi reeleito em 1995, 2001 e 2008. O segredo dele foi investir cerca de 10% do orçamento municipal em Cultura, com um argumento que pode não fazer sentido para a maioria dos políticos brasileiros: com a economia da cidade destruída e o desemprego em alta, ele achava que o primeiro passo para a reconstrução de Nantes deveria ser a implantação de uma série de medidas que pudessem resgatar a autoestima dos cidadãos. Quase todas estavam ligadas à área cultural.

A nossa expectativa é que, pelo menos, um pouquinho dessa visão de Jean-Jacques Ayrault possa contaminar as administrações de Ribeirão Preto. Em toda a crise, o primeiro item a ter o seu já ridículo orçamento cortado é a Cultura, o que mostra o quão pouco é importante aos olhos da maioria dos dirigentes locais.

Para cada Palace restaurado, provavelmente dez edifícios históricos foram derrubados, levando consigo parte da memória de uma comunidade. E, sem memória, não temos identidade, o que nos torna, como diz a historiadora Lilian Rosa, apenas passantes pela cidade.

Este livro foi uma tentativa de mostrar que um prédio histórico é muito mais do que isso. Traz consigo fotografias do passado – com todos os seus erros e acertos –, ajuda a mudar o presente e, com isso, pode proporcionar um futuro menos desigual para nossos filhos e netos. Um prédio como o do Palace merece e exige, acima de tudo, respeito, não apenas pelo que já viveu, mas, principalmente, pelo potencial que tem, como centro cultural, de mudar a realidade de uma comunidade. Que venham mais Palaces e, principalmente, gestores públicos que possam compreendê-los na sua plenitude.

Bibliografia

Almanak Laemmert, 2º Volume. Rio de Janeiro, 1925.

Boletim do Grande Oriente do Brazil – Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, nº 10. Rio de Janeiro, 1899, Typographia da Papelaria de Alexandre Ribeiro & C.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Ata da Sessão de 23/7/1926.

CARAM, André L.Balsante. Pujol. Rio de Janeiro, 2001. Fundação Banco do Brasil.

Condephaat. Processo nº 29.840. 1992.

GUIÃO, João Rodrigues. O Município e a Cidade de Ribeirão Preto na Comemoração do 1º Centenário da Independência Nacional. Câmara Municipal. Ribeirão Preto, 1923.

LOMBARDI, Marco Aurélio de Sousa. O Rei do Café na Capital do Oeste: Francisco Schmidt e a Modernização Urbana de Ribeirão Preto Durante a Belle Époque Caipira (1892-1920). In Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 2008.

MANHAS, Adriana Capretz Borges da Silva; **MANHAS**, Max Paulo Giacheto. Traçado Urbano e Funcionamento do Núcleo Colonial Antonio Prado em Ribeirão Preto (SP), 1887. in Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011.

MATTIOLI, Alexandre F. A Teia De Poder: O Coronel Junqueira e a Política da Primeira República – Ribeirão Preto de 1889-1932. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2014.

MEIRA JUNIOR, João Alves. Alegações Finaes da Ré, 1932.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. O Fausto Caipira: Joaquim Macedo Bittencourt e as Faces da Modernidade em Ribeirão Preto na Primeira República (1911-1920). In Locus: Revista de História, volume 9, nº 2, 2003.

PINTO, Luciana Suarez Galvão. Ribeirão Preto e a Dinâmica da Economia Cafeeira de 1870 a 1930”. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2000.

Plataforma Verri. Título não definido, <http://www.plataformaverri.com.br/?local=voceSabia&mes=12&dia=26>.

PRATES, Prisco da Cruz. Ribeirão Preto de Outrora. 4ª Edição. Ribeirão Preto, 1975. Gráfica Bandeirantes Ltda.

SILVA, Adriana, **ROSA**, Lilian Rodrigues de Oliveira, **SILVA**, Michelle Cartolano de Castro e **REGISTRO**, Tânia Cristina. Filhos do Café – Ribeirão Preto da Terra Roxa – Tradicional em ser moderna. Ribeirão Preto. Fundação Instituto do Livro, 2010.

SUNEGA, Renata Alves. Quarteirão Paulista: Um Conjunto Harmônico de Edifícios Monumentais. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2002.

TUON, Liamar Izilda. O Cotidiano Cultural em Ribeirão Preto (1880-1920). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista. Franca, 1997.

VALADÃO, Valéria. Memória Arquitetônica de Ribeirão Preto (Planejamento Urbano e Política de Preservação)”. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista. Franca, 1997.

VIDAL, Eduardo Loria. A Elitização da Cultura em Ribeirão Preto no início do século 20. Monografia. Centro Universitário Barão de Mauá, 2012.



Ficha técnica

Realização: Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da
Cultura e Alma – Academia Livre de Música e Artes

Autor e pesquisador: José Manuel Dias Lourenço

Revisão textual: Renata Cortez

Fotos: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, Lucas
Eduardo Teixeira Passos, Jornal A Cidade, Mariana Martins,
Mastrângelo Reino e Milena Aurea

Diagramação: Angelo Davanço

Coordenação geral e proponente junto ao ProAC: Dulce Neves

Coordenação administrativa: Luciana Rodrigues

Assessoria de imprensa: Thiago Rodrigues e Marcela Borges

P1533

Palace Hotel: café, poder e política em Ribeirão Preto / José Manuel Lourenço. –
Ribeirão Preto, SP: ALMA, 2017.

86 p.

ISBN: 978-85-93873-00-3

1. História de Ribeirão Preto. 2. Patrimônio Cultural. 3. Palace Hotel. I.
LOURENÇO, José Manuel. Título: Palace - Café, Poder e Política em
Ribeirão Preto.

CDD 981.612

Patrocínio



Apoio



Realização



Sobre o autor



O jornalista José Manuel Lourenço nasceu em Angola, em 1964. É formado em Ciências Políticas pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente, é subeditor do jornal A Cidade, de Ribeirão Preto. Trabalhou como jornalista na Folha de São Paulo e Diário do Povo, em Campinas, e como correspondente para o jornal Público, de Portugal. Também trabalhou como assessor de imprensa e consultor político.

CENTRAL HOTEL

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-93873-00-3



9 788593 873003

Patrocínio

Apoio

Realização

